



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022 – 2026)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE ABRIL DE 2023

Presidente: Ex.^{ma} Sra. Celmira Sacramento
Secretários: Ex.^{ma} Sra. Bilaine Ceita
Ex.^{mos} Srs. Silvestre Mendes
José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 15 minutos.

Procedeu-se ao Debate sobre o Estado da Nação, requerido pelo XVIII Governo Constitucional.

O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Patrice Emery Trovoada) procedeu à leitura do discurso de introdução ao debate.

No debate, intervieram os Srs. Deputados Jorge Bom Jesus (MLSTP/PSD), Afonso Varela (ADI), Abnildo d' Oliveira (ADI), Nito Abreu (ADI), Danilo Santos (MLSP/PSD), José António Miguel (ADI),

Teodorico Campos (ADI), Eláccio da Marta (MLSTP/PSD), Levy Nazaré (BASTA), Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD), Baltazar Quaresma (MCI/PUN-PS), Wuando Castro (MLSTP/PSD), João Leonardo Baptista (MCI/PUN-PS), Edmilson das Neves (ADI), Pedro Carvalho (ADI), Lourenço Freitas (ADI), Jozino da Veiga (ADI), Eldimiro Manuel (MCI/PUN-PS), Osvaldo Abreu (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN) e Conceição Moreno (MLSTP/PSD).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 15 horas e 15 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 15 minutos.

Estavam presentes as seguintes Sras. Deputadas e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**
Afonso da Graça **Varela** da Silva
Alberto da Trindade **Luís**
Aleksander Monteiro da Conceição **Lima**
Arlindo Quaresma **dos Santos**
Bilaine Carvalho Viegas **de Ceita** do Nascimento
Celmira de Almeida **do Sacramento** dos Santos Lourenço
Celisa Maria Martins dos Reis **Aguiar**
Danilo Francisco dos Santos **Quaresma**
Edmilson das Neves Amoço
Ekeneide Lima dos **Santos**
Elísio Osvaldo do Espírito Santo d'Alva **Teixeira**
Honório Sousa **Pontes**
Itelmiza Duarte Monteiro **Pires**
Ivo **Mendonça** da Costa
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos **Cabral** d'Alva
Jozino Malupane da **Veiga**
Laudino **Afonso** de Jesus
Lourenço Aguiar **Freitas**
Messias Luís Fernandes **Pereira**
Nito de Sousa Viegas d'**Abreu**
Orlando Borges **da Mata**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Sólito da Cunha **Lisboa** Neto
Silvestre Moreno **Mendes**
Teodorico de **Campos**
Wilter Kathelen das Neves **Boa Morte**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Adelino José da **Costa**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Ayza Fortes da **Silva**
Conceição Vieira **Moreno**
Danilo Neves dos **Santos**
Elákcio Afonso da **Marta**
Ermilinda José Dias **Borges de Castro Menezes de Pinho**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca **Quaresma**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
Jorge Lopes **Bom Jesus**
José Rui Tavares Cardoso
José Maria Afonso de **Barros**
Osvaldo António Cravid Viegas d'**Abreu**
Osvaldo **Eduardo João**

Raúl do Espírito Santo **Cardoso**
Wuando Borges de **Castro** de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista-Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

António dos Reis **Faleiro**
Baltazar Albertina **Quaresma**
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Eldimiro Emiliano Manuel
João Leonardo de Pina da Trindade **Batista**

Movimento BASTA (MB)
José Manuel Dias de Carvalho
Levy do Espírito Santo **Nazaré**

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Técnicos de apoio, todas e todos que nos escutam, tenham muito bom dia.

Temos 48 Deputados na Sala, vamos começar a nossa sessão.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para proceder à leitura do Termo de Posse.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Vou proceder então à leitura do «Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano 2023, compareceu perante o Plenário da Assembleia Nacional o Sr. Deputado eleito, José Maria Afonso de Barros, do Círculo Eleitoral de Água Grande, a fim de ser investido como Deputado à Assembleia Nacional, e compareceram também os Srs. Deputados substitutos, Ivo Mendonça da Costa, Jaime Pires Sequeira de Menezes e José Manuel Dias de Carvalho, dos Círculos Eleitorais de Mé-Zóchi e Lobata, em substituição dos Srs. Deputados eleitos, Hélder Santana do Nascimento, Jerónimo Lima Pires Lima e Delfim Santiago das Neves, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Os Srs. Deputados, eleito e substitutos, prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária da Mesa que o lavrou.»

A Sra. **Presidente**: — Temos na Sala 30 Deputados do Grupo Parlamentar do ADI, 18 do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, 5 da Coligação MCI/PS-PUN e 1 do Movimento BASTA, perfazendo assim 54 Deputados.

Gostaria de ver com os serviços se já está presente o Chefe do Governo.

Pausa.

Estamos a fazer um compasso de espera para que entrem os membros do Governo.

Alguém dos serviços me diga o que se passa, por favor?

Pausa.

Já se encontram na Sala todos os membros do Governo, peço que chamem, se faz favor, o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo.

Está completa a Sala, vamos dar início à nossa sessão.

Antes, quero saudar o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do XVIII Governo Constitucional e a saudação é extensiva a todos os membros do Governo. São todos muito bem-vindos à nossa Casa Parlamentar e a esta que é a primeira reunião plenária da 2.^a Sessão Legislativa.

O debate sobre o estado da Nação é um debate entre a Assembleia e o Governo, e está enquadrado no Regimento, no seu artigo 228.^o.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa, para apresentar o pedido do Governo para o debate sobre o estado da Nação.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Sra. Presidente, passo à leitura da missiva proveniente do Gabinete de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro.

«Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé, Excelência.

Sirvo-me da presente para apresentar a Vossa Excelência os meus mais respeitosos cumprimentos e aproveitar o ensejo para vos desejar os meus sinceros votos de bom trabalho.

Tendo ao longo dos últimos 4 meses analisado, com a necessária profundidade, a situação do País, o Governo concluiu que importa levar ao conhecimento dos legítimos representantes do povo o estado real do País.

Assim sendo, venho com a devida vénia requerer a Vossa Excelência que seja agendado, com carácter de urgência, um debate sobre o estado da Nação, nos termos e condições previstas no artigo 228.^o do Regimento da Assembleia Nacional.

Aceite, Excelência, os protestos da minha mais alta consideração e estima.

São Tomé, aos 3 de Abril de 2023.

O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Patrice Trovoada.»

A Sra. **Presidente**: — Apresentado que está o pedido do Sr. Primeiro-Ministro, convido-o a fazer a sua intervenção, que está assegurada no artigo 158.^o, não excedendo 30 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Trovoada): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores, muito bom dia.

O XVIII Governo Constitucional tomou posse no dia 14 de Novembro, há pouco mais de 5 meses e 12 dias, no entanto, há poucas semanas, foi capaz de submeter a esta Assembleia a proposta do OGE para o ano de 2023. Não se tratou de um capricho, nem tão pouco de uma vontade deliberada do Governo. Na verdade, o estado caótico das finanças públicas e a degradação das relações com os nossos principais parceiros de desenvolvimento colocaram o País numa situação delicada e comprometedor, tornando-se absolutamente necessária uma exaustiva e cuidadosa avaliação, seguido de uma campanha de advocacia junto dos nossos parceiros, do saneamento mínimo possível, para depois construir uma proposta de OGE que corresponda à realidade e faça o mínimo sentido, susceptível de lançar as bases para uma inversão consistente da relação e o início de um processo de recuperação da economia nacional.

Para que melhor se possa apreender o que acabamos de afirmar, é imperioso dizer que foi com o anterior governo, o XVII, conduzido pelo MLSTP/PSD, que aconteceu um facto inédito, que foi da parte do FMI a decisão de não proceder à última avaliação, devido o descarrilamento provocado pelos sucessivos incumprimentos dos compromissos assumidos pelo governo de então.

Convém notar que, dos oitos pontos das acções prévias para o apoio orçamental do Banco Mundial, apenas um foi cumprido, a saber, a distribuição de fundos aos carenciados, com toda a deficiência e falta de transparência que se sabe.

O descalabro financeiro do Estado tem naturalmente um rosto, as suas origens têm múltiplas causas, incluindo escolhas de políticas erróneas do Governo do Sr. Jorge Bom Jesus, cujas consequências perdurarão por bastante tempo, provocando atrasos no processo de desenvolvimento do País e impondo sacrifícios de várias ordens ao povo, particularmente aos jovens, às crianças e às camadas mais vulneráveis da nossa comunidade.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, se após 33 anos de uma experiência democrática bastante dinâmica podemos justamente considerar que somos hoje uma democracia funcional, o ciclo que inauguramos com o início da presente Legislatura teve, inquestionavelmente, um parto difícil e complicado, marcado desde os primeiros dias de gestação por sintomas e actos graves de perturbação da ordem constitucional e democrática.

Dois momentos parecem suficientemente relevantes para que sejam aqui referenciados: por um lado, uma artilosa e injustificável demora de quase 2 meses para a efectivação da transferência do poder às novas autoridades legítimas saídas das urnas e, por outro lado, um golpe de Estado perpetrado em 25 de Novembro,...

Ruídos.

... 10 dias após a investidura do novo Governo, felizmente fracassado graças à bravura e pronta intervenção das nossas Forças Armadas.

Apesar de se tratar de dois actos separados no tempo e distintos pela sua natureza, está hoje a demonstrar que não são frutos do acaso, estando ambos intimamente ligados e perseguindo os mesmos fins.

Quase 6 meses após o empossamento do Governo, eis-me aqui, na qualidade de Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, perante a representação nacional, residente dentro e fora do País, para vos apresentar o que é hoje o estado da Nação, tal como nos foi deixado pelo anterior governo.

Podemos certamente divergir, mas o certo é que todos aqueles que observam as cifras e se preocupam com a sustentabilidade da realidade económica e financeira do País concordam que o País vive uma autêntica decadência económica, política, mas igualmente de valores.

É infelizmente sob esses escombros que temos que reconstruir o País, não se podendo falar aqui de continuidade, mas antes, de um recomeço, desconstruindo um sistema arruinador que suga todo e qualquer recurso, sem jamais produzir riqueza ou qualquer outro tipo de rendimento que permita manter em marcha a actividade económica.

Importa dizer que a avaliação que aqui é feita é baseada em factos objectivos de evidência incontestável, tal uma fiel fotografia, representando a tendência maioritária e correspondendo ao sentimento da grande maioria de são-tomenses.

A justeza das nossas avaliações e pontos de vista está confirmada pelos acordos preliminares chegados com o FMI ao cabo de longas maratonas de discussões e a iminência da assinatura de um novo programa, que nos abrirá as portas do financiamento internacional, multilateral e concessional.

A gravidade da situação e o realismo estão igualmente espelhados na Proposta do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2023, submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Nacional, e que espelha a carência de recursos, tanto internos como externos, o peso desproporcional das despesas de funcionamento do Estado face às suas possibilidades de arrecadação de receitas, desafiando qualquer um face às necessidades básicas do País real. Este país real que nos foi deixado pela anterior governação e que vai obrigar-nos a um esforço enorme de recuperação, contraria frontalmente com a postura da oposição que, um dia sim, um dia não, tenta com todos os meios ao seu alcance, dentro e fora do País, chegando mesmo a aliar-se às forças externas mais radicais, reaccionais, retrógradas, incluindo as estrangeiras, para difamar o Governo e os seus dirigentes, organizar manifestações desnudadas de qualquer sentido, com o propósito de provocar insubordinação e desordem social, visando unicamente manchar o bom nome e a reputação do nosso país, fazendo crer que São Tomé e Príncipe é um país mergulhado em permanentes conflitos, dirigido pelas piores ditaduras não respeitadoras dos direitos humanos, num claro propósito de desvio das nossas atenções daquilo que é essencial: a luta contra a fome, a geração de riqueza, a criação de empregos e a melhoria das condições de vida dos nossos compatriotas.

Sem sombra de dúvida, a situação geral do País e particularmente das contas públicas obriga-nos, sem demagogia e animados por um forte sentido de responsabilidade, a falar a verdade, toda a verdade, e apelar para uma forte e generalizada mobilização patriótica, necessariamente corajosa e genuína, para serrar fileiras e evitar o descalabro total e o caos que nos espreitam, infelizmente pretendidos pelos sectores mais conservadores e retrógrados da nossa sociedade, sonhando ainda com o seu regresso imediato ao poder, como se o povo não tivesse memória.

Minhas senhoras e meus senhores, que país encontrámos após 4 anos de chefia ininterrupta de um governo chefiado pelo Sr. Jorge Bom Jesus, apoiado pelo próprio MLSTP/PSD, PCD e UDD, que desde o seu início prendeu, perseguiu, ostracizou e vilipendiou todos aqueles que não se subjugassem ou que não se parecessem com ele.

A linguagem das finanças públicas está carregada de chavões, neologismos e anglicismos, por vezes, de difícil entendimento por não especialistas. Por isso, tentarei falar a língua de todos, para que não haja

equivocos e todos percebam exactamente onde está realmente o País, como ele nos foi deixado e o esforço que é absolutamente necessário para fazer com que saíamos do fosso.

Somos pouco mais de 200 000 habitantes, em São Tomé e Príncipe, e hoje cerca de 10% da população são funcionários da Administração Pública. Esse rácio é superior ao da França, da Inglaterra, da Bélgica ou dos Estados Unidos, de todos os países ricos, em que a eficiência e qualidade da cobertura dos serviços públicos nada têm a ver connosco.

No final de 2018, o Estado empregava 17 794 agentes e a massa salarial era equivalente a 41 milhões de euros. Hoje, o Estado emprega 20 600 trabalhadores e tem uma massa salarial equivalente a quase 60 milhões de euros. Isso corresponde a um crescimento médio anual de aproximadamente 5 milhões de euros, nos últimos 4 anos. Dito de outro modo, em cada ano foi-se acrescentando mais um mês de salário e sem nenhum impacto em termos de produtividade e crescimento da economia. A prova disso é que a economia cresceu, seguiu uma tendência inversa, abrandando de forma conseqüente, para chegar a um crescimento de 0,9% em 2022, o que corresponde a uma quase estagnação da economia, à qual se juntaram elevados níveis de inflação, o que justifica o estado actual de pauperização da economia.

Convém ainda notar que já em 2018 as receitas correntes, ou seja, os impostos, contribuições e receitas diversas cobriam 78% das despesas de funcionamento do Estado. Hoje, cobrem 68%. E se estivéssemos a executar o compromisso assumido pelo Governo de Jorge Bom Jesus, de aumento do salário mínimo em 2022, 2023 e 2024, com o actual nível de receitas, o Estado só poderia funcionar e pagar os salários e as despesas de funcionamento, durante 7 meses, sendo obrigado a tudo fechar durante os restantes 5 meses do ano.

Em 4 anos, os encargos do Estado cresceram cerca de 37, 7 milhões de euros.

Para que o quadro fique ainda mais completo, posso apresentar uma pequena fotografia da situação da dívida interna. A dívida interna do Estado para com os seus fornecedores aumentou de forma exponencial. Em 2018, tínhamos uma dívida para com fornecedores, em termos de défice corrente, de 4.4 milhões de euros; em 2019, 11. 2 milhões de euros; em 2022, 27.3 milhões de euros.

Uma voz: — Credo, credo, credo.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe de Governo:** — Devemos ainda acrescentar mais de 16 milhões de euros de condenação em tribunais internacionais, uma delas resultante da apreensão dos navios petrolíferos.

Por outro lado, as empresas públicas que deveriam contribuir para os cofres do Estado tornaram-se um verdadeiro cancro para o País, com as suas metástases de dívidas, corrupção, nepotismo e negócios obscuros de toda espécie.

Falando da ENAPORT, a situação da anterior gestão, que pode constituir crime e que está sob a alçada da investigação do Ministério Público, como as denúncias públicas dessas últimas semanas, só vieram acrescentar as suspeitas graves de prática repetida e teimosa de crimes financeiros.

A ENAPORT tem uma dívida acumulada de 16 milhões de dobras com a segurança social; 31.781.000, 00 (trinta e um milhões, setecentos e oitenta e um mil), com o IRS, IRC, Imposto de Selo e de Consumo, e o não pagamento de 5 milhões de dobras a diversos fornecedores.

A ENAPORT, empresa que deveria distribuir dividendos ao Estado, accionista único, deve hoje cerca de 119 milhões de dobras, dívida não totalmente apurada, sendo grande parte desta ao Estado ou avalisada pelo Estado. São cerca de 4.7 milhões de euros. Esses 4.7 milhões de euros, para termos uma ideia, seria provavelmente um liceu, mas também representam 10 anos de alimentação e despesas correntes, menos o salário para Forças Armadas e das Forças de Segurança do País. Representam também 2 anos de consumo de medicamentos dos nossos hospitais.

O mais grave é que o Porto de Ana Chaves pode deixar de operar a qualquer momento. Possui uma grua, um rebocador, uma empilhadora e nenhuma barçaça.

A ENASA não foge à regra. Com uma dívida apurada de 184 605 milhões de dobras, resultante de contribuições à Segurança Social não pagas, não pagou à EMAE e uma série de dívidas, sem falar das violações das regras de segurança aérea por parte dos serviços de carga e de passageiros, pondo em perigo a segurança aérea e levando quase à interdição do nosso Aeroporto Internacional.

A situação financeira do INAC é também bastante inquietante, com uma dívida fiscal e parafiscal superior a 15 milhões de dobras e com organismos internacionais de cerca de 21 milhões de dobras.

Mas o pior de tudo, o maior risco sistémico criado para as finanças públicas e a própria sustentabilidade económica e financeira do País é a maneira como o anterior governo lidou com a EMAE e a relação entre a EMAE, a ENCO e o próprio Estado, empurrando hoje o País para o precipício.

Se governar, e governar em tempos difíceis, é prever, antecipar, decidir com prudência e visão estratégica, o Governo de Jorge Bom Jesus esteve ocupado a fazer totalmente outra coisa, se não, vejamos: a EMAE, para o povo, é falta de electricidade, cortes constantes, danificação dos electrodomésticos, facturas avultadas, falta de água, viaturas que circulam pela noite adentro, roubo de gasóleo, etc.

A EMAE, como empresa, deixou de ser auditada desde 2018 e está hoje na seguinte situação: falência técnica permanente, com prejuízos insustentáveis de cerca de 2.725 milhões de dobras, com um resultado operacional negativo que se espera de 850 milhões para 2022; fraudes contabilísticas e financeiras; dívidas de clientes de cerca de 400 milhões de dobras; dívidas para com o banco e fornecedores no valor de 81 milhões de dobras; roubo sistemático de gasóleo; facturação em função da cara dos clientes; contratos de prestação de serviços fictícios; avarias provocadas; manutenção fora das normas; peças sobressalentes e ferramentas essenciais inexistentes...

Uma voz do ADI: — Muito roubo.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** — ...mas, sobretudo, a EMAE, o diferencial de preço e o Estado, tem uma dívida consolidada para com a ENCO no valor de 272 milhões de dólares. Repito, 272 milhões de dólares, correspondendo a 44, 9% do Produto Interno Bruto (PIB) do nosso país, dívida que em Maio de 2022 foi convertida, pelo Governo de Jorge Bom Jesus, numa dívida soberana com Angola, para que cada um dos são-tomenses ficasse com a responsabilidade de pagar, enquanto a ENCO seria vendida, sem o peso da dívida da EMAE, para outras pessoas. Essa conversão da dívida da EMAE em dívida soberana iria fechar a porta do País a todo e qualquer financiamento externo. Felizmente este nosso Governo chegou a tempo de reverter a situação, temos que reconhecer, com a grande compreensão das autoridades angolanas.

E como se tudo isso não chegasse para fazer face à redução do fornecimento do combustível pela Sonangol, o governo anterior foi usando expedientes e intermediários nacionais na aquisição de combustíveis, inflacionando assim os preços. Essa prática repetiu-se 14 vezes, obrigando o País a comprar a pronto pagamento o combustível no mercado internacional, usando e assim sacando impiedosamente as reservas do Banco Central de São Tomé e Príncipe, levando a que, em 21 de Novembro 2022, as reservas cambiais registassem um saldo historicamente negativo. E para coroar tudo, a EMAE continuou a não pagar a ENCO, o que levou hoje a que nem dobras a ENCO tem para apresentar como contrapartida das divisas que precisa para importação de produtos petrolíferos, mormente gasóleo, gasolina e petróleo.

Nota-se que, em 2018, a dívida acumulada da ENCO para com a Sonangol era de 197 milhões de dólares. Repito, em 2018, a ENCO devia à Sonangol 197 milhões de dólares. Em 2022, a ENCO deve à Sonangol USD 252.563.335, 80 (duzentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e cinco dólares e oitenta e sete cêntimos).

Ainda em 2018, em dívidas acumuladas, as entidades do Estado deviam à ENCO a módica soma de 86.001, 96 dólares. Em 2022, as entidades do Estado passaram a dever à ENCO USD 433.677.

Por sua vez, em 2018, em dívida acumulada, a EMAE devia à ENCO USD 93.369. Em 2022, a EMAE passou a dever à ENCO USD 194.162.177.00 (cento e noventa e quatro milhões, cento e sessenta e dois mil, cento e sessenta e sete dólares). Como foi possível chegarmos a este ponto? O que se fez com o dinheiro? O que se fez com o gasóleo recebido? Essas perguntas têm que ser respondidas.

É, pois, este país e essas contas que o XVII Governo nos deixou: um Banco Central sem um único dia de reserva para a importação de bens de todo o tipo; a única empresa de Água e Electricidade e a única distribuidora de combustíveis em falência, sabendo que no nosso país, sem gasóleo, não existe electricidade, não existe transporte, não existe trabalho, não existe vida.

Caras e caros compatriotas, temos todos que ter consciência da situação herdada, que nos pôs a todos, colectivamente, como Estado e Nação, num perigo, num risco iminente.

Com os 15 milhões de euros doados por Portugal, que a aposição quer tanto saber como foram gastos, aliviámos ligeiramente a situação, porque nós estávamos em negativo na conta divisas, mas para aguentarmos até o próximo mês de Agosto, precisamos urgentemente de uma importação de cerca de 10 milhões de euros de combustíveis, nos próximos dias.

As reservas internacionais líquidas do Banco Central, em Novembro de 2022, eram simplesmente negativas de 127 000 dólares. Não sei onde é que se viu um banco central com reservas negativas, reservas negativas jamais vistas.

Até à data, a nível do Banco Central, estamos à procura dos dados relativos aos anos 2019 e 2020. No entanto, os dados disponíveis de 2021 e 2022 revelam que o Banco Central tem resultados negativos, e assim será em 2023.

Uma instituição como o Banco Central encontra-se fragilizada, com encargos salariais de cerca de 65%, quando a Lei só autoriza 30% e com inúmeras dificuldades de sustentação do seu próprio financiamento.

Minhas senhoras e meus senhores, estamos no meio de uma tempestade, com um navio que mete água de todos os lados, que foi objecto de má utilização, má conservação, e temos hoje a responsabilidade colectiva de salvar e levá-lo a um porto seguro. Esta é a condição da nossa sobrevivência.

O FMI exige que se resolva a situação das reservas cambiais destruídas pela amadora gestão do governo anterior.

O FMI exige que se aplique o IVA, há anos acordado com o anterior governo e jamais cumprido. O FMI exige que se bloqueie a evolução da massa salarial, que também descarrilou com o anterior governo. Caso contrário, os 25 milhões de dólares indispensáveis para o apoio directo ao Orçamento, para que se feche o Orçamento e se pague os salários, não serão disponibilizados. Se não forem tomadas medidas, também os 25 milhões e outros financiamentos não chegarão ao País, e a nossa situação ficará dramaticamente comprometida.

Não posso ser mais claro e mais directo. É preciso que tomem consciência da situação, sobretudo os funcionários públicos, porque os 20 600 agentes que compõem a Administração Pública, num país em que tudo gira à volta do Estado, representam um peso para a colectividade e devem prestar o devido serviço ao povo, aos utentes dos serviços públicos e devem também ser honestos, correctos para com todos os outros são-tomenses que são contribuintes, e igualmente a alguns que estão na situação do desemprego.

A nossa economia devora riqueza, créditos e donativos, mas ela tem de passar a criar riqueza, e só será possível com uma aposta no sector provado nacional e estrangeiro. O mundo não começou ontem, mas a verdade é que o que aconteceu nestes últimos anos foi um autêntico retrocesso no clima de negócios, na burocracia, na dificuldade no acesso ao crédito bancário, na confusão entre a política e negócios, desvio de fundos, participação em negócios de agentes políticos, a corrupção e a nítida falta de segurança jurídica.

A situação em que o País se encontra é da responsabilidade principal dos agentes do sector público e das lideranças política e administrativas. A comunidade internacional não nos deve nada, não tem uma obrigação para conosco. Temos de ser nós a levantar o País, tomar a iniciativa, trabalhar e partir para a batalha. Pois, mesmo com financiamentos disponibilizados pelos nossos parceiros, muitas vezes não se fez nada.

Em 2016, 17 milhões para o hospital, não temos hospital.

Em 2017, 25 milhões de euros para protecção costeira, Pantufo/Aeroporto, ainda não temos.

Durante as enxurradas do ano passado, 2021, 4,5 milhões de dólares do Banco Mundial, para as pontes, não as temos.

A Central do contador, 18 milhões disponibilizados pelo Banco Mundial em dólares, estamos ainda à espera.

Das 65 obras encontradas em curso pelo nosso Governo, cerca de 90% lançadas pelo governo anterior, das 54 mais significativas, com algum impacto na população, 23 estão suspensas, por falta de financiamento, e só 9 é que têm uma execução próxima de 50%. Essa fraca capacidade de execução das obras penalizou a actividade económica, o emprego e entrada de receitas.

Mais ainda, o governo anterior, com a pandemia da COVID-19, recebeu como nunca apoios financeiros da comunidade de doadores internacionais, num montante de 29.690 milhões de dólares.

Com o dinheiro da COVID-19, pagou-se horas extraordinárias, transferências para órgão de soberania, salários da Educação nacional, pagamentos para o Ministério do Turismo, Agricultura, Juventude, TVS, Rádio Nacional, Gabinete do Primeiro-Ministro, transferência para a Segurança Social. Mais ainda, restam dívidas para com uma série de empresas nacionais.

A utilização dos valores remanescentes do fundo COVID comporta muitas incongruências. Não está completamente esclarecido, mas tudo indica que iremos esclarecer, quer com a Inspecção Geral das Finanças, quer com a Procuradoria-Geral da República.

Quase 51% do montante alocado à gestão directa do Ministério da Saúde não teve nenhum efeito directo em termos de investimento e capacitação técnica. Continuamos sem ambulância, continuamos sem oxigénio, continuamos com uma série de problemas no Sector da Saúde.

No que respeita aos medicamentos, encontramos um sector desarticulado, com o País com roturas constantes, com fundo nacional de medicamento sem estoque, e com as encomendas pagas aos fornecedores, mas nunca foram entregues nos armazéns.

Essa maneira de tratar a coisa pública estendeu-se a vários sectores do Estado, incluindo a Agricultura e Pesca, que são sectores cruciais nesses tempos em que a segurança alimentar pode estar comprometida.

Poderia também citar as terras. Centenas de hectares de terras vendidas, abandonadas, distribuídas ilegalmente, acessos a praias vedadas ao público com centenas de hectares junto das mais belas praias do País, entregues com títulos aos mesmos conhecidos cá da praça.

Se é verdade que não podemos ignorar os avanços conseguidos no domínio da Educação, não se pode escamotear o seu estado de declínio: foram postos de lado toda uma série de política, o sistema integrado e gestão escolar foi posto de lado; dados estatísticos deixaram de ser um elemento de planificação na Educação; a supervisão pedagógica deixou de ser uma presença de facto nas escolas; o processo de certificação foi posto de lado; desvalorizou-se os professores universitários; desvalorizou-se o conhecimento e o saber; recrutamos professores licenciados, sem experiência, a dar o 3.º e o 4.º ano da universidade; violou-se uma série de regras da universidade pública; a auditoria do Tribunal de Contas veio mostrar, mais uma vez, várias insuficiências e usurpação de bens públicos na Universidade de São Tomé e Príncipe, que foi até ao ponto de prejudicar os valores das bolsas dos alunos. A manutenção das infra-estruturas escolares e o ritmo das construções de escolas novas, salas de aulas e creches baixou dramaticamente. Enquanto isso, lançou-se obras de escolas e salas, sem que para o efeito tivesse garantido as fontes de financiamento. O jardim de infância de Sundy, sem financiamento, Folha Fede sem financiamento, liceu de Caué sem financiamento, sem verba. E eu poderia continuar a falar de Praia Camboa e de outras infra-estruturas que não têm cabimento orçamental, não têm financiamento e terão muitas dificuldades em ser realizadas. Mas, mesmo assim, as contas continuam a não bater certo. No ensino nocturno, cobrou-se 882.000,00 dobras e só foram depositados 385.000,00 dobras.

Nas bolsas de estudos, 760.000 euros para este ano de 2022, 425.000 euros para universidades estatais, 207.000 euros para o IUCAI, 120.000 euros para a universidade Lusíada. Mas, no essencial, esses financiamentos serviram para cursos de Direito, Relações Internacionais, Economia e afins. O ensino profissional, aquele que dá acesso mais facilmente ao trabalho aos nossos jovens, só recebeu 1400 euros.

Dos 28 autocarros e 2 viaturas Hiaces que foram deixados em 2018, recebemos, em 2022, 20 autocarros e um Hiace, quando a população estudantil cresceu.

O desespero da nossa juventude lê-se nas estatísticas dos últimos tempos. Num inquérito realizado em Julho de 2022, pelo anterior governo, constatou-se que 78% dos jovens pretenderam deixar o País. Não há dúvidas que esse desespero atingiu, nos últimos anos, proporções jamais vistas, resultado da ausência de políticas públicas claras, assertivas e igualitárias viradas para a juventude.

Mas eu quero lembrar aqui a todos que, em 2018, foi deixado 20 milhões de dólares, da empresa *British Petroleum* (BP), para um programa de empreendedorismo jovem. 20 milhões de dólares! Se o valor tivesse sido bem utilizado, sem discriminações, estigmatização e a ostracização da juventude, certamente teríamos conseguido criar oportunidades de rendimento, para reter os jovens no nosso país. Mas a opção do anterior governo foi comprar geradores, com a situação da EMAE que nós conhecemos.

Ao longo dos últimos 4 anos não foi construída nenhuma infra-estrutura desportiva, só as duas últimas durante o período da campanha, que estão no estado que toda gente poderá constatar, dou o exemplo de Diogo Vaz. Nenhuma outra actividade foi organizada no domínio da juventude e desporto.

Para citar os programas da protecção social, toda gente sabe que o programa de protecção social foi dirigido e gerido sem critérios sérios, em ralação à vulnerabilidade das pessoas.

Na Segurança Social, nós temos 7422 pensionistas, mas dos fundos da Segurança Social, eu repito, 7422 pensionistas, 115 pensionistas recebem um terço do montante da Segurança Social. E para os restantes 7307 pensionistas sobra os dois terços. Eu repito, 7422 pensionistas do montante total das pensões nesse país, 115 levam 33% do valor, e 7307 ficam com os dois terços restantes. Bom, notamos que houve uma série de incongruências ou fraudes, os erros de cálculos para muitos desses 115 pensionistas que levam mais de um terço do montante das pensões do nosso país, e restam ainda muitos são-tomenses que nem conseguem ter uma pensão inferior ao salário mínimo.

As Forças de Defesas e Segurança foram 4 anos sem preocupação de aumentar a capacidades operativas, material, fardamento, botas, condições de trabalho, alimentação.

Em 2021 houve 300 promoções, em 2022 houve 800 promoções, na maioria das vezes, sem respeitar as leis e os regulamentos, sem cabimento orçamental, representando encargo suplementar para o próximo governo, próximo Orçamento Geral do Estado, porque teremos que resolver, e sobretudo vetando a possibilidade de novos recrutamentos, nomeadamente para a Polícia Nacional, quando todos gritam ao ver crescer a criminalidade.

Eu quero dizer que a EMAE tem mais trabalhadores que nós temos na Polícia Nacional a servir a população.

As Forças de Segurança, com destaque para a Polícia Nacional, não despõem de armas não letais, aquilo que é fundamental em democracia e que é uma ferramenta dissuasora para acções ilegais, e vê-se quase sempre obrigadas a recorrer a armas perigosas e mortíferas.

Num país como o nosso que depende de 95%, no seu orçamento de investimento, da boa vontade da comunidade internacional, temos uma diplomacia entregue ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem quadros e sem uma competente orientação política. Com poucas embaixadas, elas estão cheias de dívidas e sem capacidade para assistir à nossa comunidade emigrada, que hoje ultrapassa largamente 70 000 compatriotas. Quando não, estão prestes a ser despejadas dos edifícios e apartamentos que ocupam, com diplomatas por vezes transformados em autênticos mendigos, ferindo a honra e o prestígio do Estado e de toda a Nação.

Mas, mesmo assim, nos últimos 4 anos, foram distribuídos três mil e setecentos e poucos passaportes de serviço. Mil e setecentos e poucos só no ano 2022. E é por isso que encontramos passaportes nos caixotes de lixo em Lisboa.

Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a corrupção, a indisciplina, a desorganização, a incompetência, o egoísmo, a perseguição, a impunidade e a falta de autoridade tomaram conta do Estado e da nossa Administração Pública.

E quando vemos que dos 7000 processos pendentes no Ministério Público só 1,5% dizem respeito a casos de corrupção e gestão danosa, então, percebemos o caminho que resta percorrer, se queremos inverter a situação. Isto mostra, por um lado, como a corrupção é acarinhada e, por outro, a necessidade de reforço das instituições judiciais, mormente o Ministério Público, que não tem outro caminho, se não ir atrás dos malfetores, daqueles que fizeram tanto mal ao País.

O que foi feito ao nível da Justiça, para além das perseguições e da famosa e triste retirada da confiança política de um governo a um Procurador-Geral da República?

A reforma da justiça é um desafio que ficou muito aquém das expectativas das populações e dos nossos parceiros. No domínio da reforma legislativa e regulamentar, nada ou quase nada foi feito.

No domínio dos recursos humanos, manteve-se o *status quo* no que respeita ao processo de inspecção, formação e recrutamento dos magistrados e funcionários judiciais. É preciso melhorar a qualidade desses agentes, para reforçar a confiança, não só das nossas populações, como igualmente dos investidores.

Enfim, no que respeita aos aspectos infra-estruturais da Justiça, dos quais dependem as condições de trabalho dos operadores da Justiça e a celeridade dos processos, só muito recentemente o processo conheceu uma ligeira evolução, com a ampliação do edifício do Ministério Público, e o início do processo de informatização do sector.

Por isso prevalece, na nossa sociedade, um sentimento de injustiça e de falta de tratamento igualitário, que fragmenta e mina profundamente a nossa sociedade e compromete o desenvolvimento futuro da Nação.

Importa dizer que foram até então gastos, no processo de reforma da Justiça, acima de 3 milhões de euros, para um resultado magro. Não se registou melhorias tangíveis no sistema. Porque a política da Justiça é da responsabilidade do Governo, nós assumiremos com determinação o nosso papel nesse processo.

Minhas senhoras e meus senhores, esta é a minha percepção e do Governo que tenho a honra, o privilégio e a responsabilidade de dirigir. É a percepção que temos do Estado actual do nosso país. Esta percepção é partilhada com os nossos principais parceiros bilaterais e multilaterais e assenta em factos tangíveis e que foram observados ao longo dos últimos 4 anos.

O mal está feito! O que importa agora é que tomemos consciência da gravidade da situação, do fosso em que o nosso país se encontra e da necessidade de tudo fazermos para o retirar da situação em que se encontra.

As guerrilhas políticas e as estratégias sindicais de nada valem, se não contribuírem para a melhoria do funcionamento das nossas instituições e do nosso Estado. Todos têm consciência da situação por que passa o País e têm o dever de dar o melhor de si para alterar o rumo do País e oferecer ao nosso povo a felicidade que merece.

Temos toda consciência das desigualdades, injustiças, discriminação e demais males que grassam a nossa sociedade e adulteram a nossa existência colectiva. As injustiças e discrepâncias salariais são demasiados gritantes, não têm qualquer sustentabilidade e só poderão conduzir-nos a ruína, se reformas estruturais não forem introduzidas para corrigir todos estes desequilíbrios.

O nosso país não tem alternativas. O Estado vive acima das suas possibilidades, gasta mais do que tem, desperdiça mesmo o que os outros lhe dão. Isto não pode continuar!

Uma voz do MLSTP/PSD: — Tem que parar de viajar.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe de Governo:** — Temos de reduzir significativamente as despesas do Estado, reequilibrar os altos salários que acentuam as desigualdades e as injustiças. Os sindicatos têm que se converter numa força de propostas, progresso e desenvolvimento, que para além da sua missão tradicional de defesa dos interesses dos trabalhadores, concorra para o reforço da honestidade, da assiduidade, da produtividade nos sectores de trabalho e observe uma neutralidade política genuína.

O País precisa de uma trégua social para reconstruir a sua economia e suas finanças, reparar as fracturas sociais e iniciar um verdadeiro processo de crescimento, capaz de gerar o bem-estar colectivo.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Está feita a apresentação do Estado da Nação, pelo Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do XVIII Governo Constitucional. Assim sendo, vamos abrir as inscrições para o debate.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, é apenas porque a Mesa contabilizou o tempo do Governo, quando na apresentação esse tempo não é contabilizado no tempo do debate, pelo que é necessário corrigir e repor os 85 minutos do tempo do Governo.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, eu vou responder.

Esse tempo realmente não é contabilizado pela Mesa, e não foi contabilizado. Acontece, porém, que não havia programação dos 30 minutos. Portanto, nós retiramos do Governo, mas vamos repor realmente, porque esse tempo de apresentação não é contabilizado no tempo do debate.

Muito obrigada.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, quando os Deputados do meu Grupo Parlamentar começaram a questionar sobre o tempo, disse-lhes para parar, que estava a contabilizar no tempo do Governo. O Primeiro-Ministro ultrapassou o tempo, que não podia exceder 30 minutos. Portanto, tem que ser regularizado.

A Sra. **Presidente:** — Interpelação à Mesa?

Murmúrios.

Por acaso agora não vai ter a palavra. Eu vou responder ao Sr. Líder Parlamentar.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Interpelação à Mesa.

A Sra. **Presidente:** — Vou responder ao Sr. Líder Parlamentar. Posso, Sr. Deputado?

O Sr. Primeiro-Ministro tinha 30 Minutos regimentais. Tendo excedido esse tempo, vamos transpor os 9 para o seu tempo de 85 minutos. Pode ser assim? Nós não podíamos cortar o Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção, mas podemos descontar o tempo que lhe é permitido. Pode ser assim?

Ok, muito bem.

O Sr. Deputado ainda quer fazer interpelação à Mesa?

Tem a palavra o Sr. Deputado Elákcio da Marta.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, o meu pedido de interpelação à Mesa está regimentado. Por isso, não há regra sem excepção, a não ser ceder-me a palavra.

Sra. Presidente, quando estivemos a revindicar a questão do tempo, ao iniciar o trabalho, a Sra. Presidente disse, e disse muito bem, que 30 minutos para que o Chefe do Governo apresentasse o seu discurso, e nós escutamos o Primeiro-Ministro nesses 30 minutos. Agora, vem dizer que não foi contado.

Por isso, peço à Sra. Presidente para dirigir bem os trabalhos.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado, o seu pedido de interpelação à Mesa é regimental, foi aceite e concedido, mas a sua intervenção foi despropositada, porque eu já havia respondido ao seu Líder Parlamentar.

Muito obrigada.

Vamos dar início aos nossos debates, enscenações, por favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

Desculpem, nós temos um tempo fixado pela Conferência de Líderes para este debate, um tempo de 4 horas, e está assim dividido, proporcionalmente: o Governo e o maior Grupo Parlamentar têm 85 minutos, e faço lembrar que vamos tirar os 9 minutos do Governo; o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD tem 51 minutos; o Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN tem 14 minutos e o Movimento BASTA tem 6 minutos. É nessa perceptiva que vamos conceder a palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Parece que as saudações não contam, porque infelizmente nós estamos pressionados pelo tempo e não terei muito tempo para poder explicar.

Sra. Presidente da Assembleia Nacional e a Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, Povo de São Tomé e Príncipe, *seja lovadu*.

Ao ouvir o Primeiro-Ministro, fiquei com a sensação de que estava a acabar de chegar ao País, nem parecia um Primeiro-Ministro que entra em funções pela quarta vez e que certamente deve ter acompanhado os 10 anos de «Trovadismo». Mas enfim, este debate sobre o Estado da Nação é de facto para podermos escapelizar o País, analisar, e eu pergunto-me se o Primeiro-Ministro de facto está a levar-nos a um debate de 1975 até 2022, se é numa perspectiva de ver...

Murmúrios.

Eu não percebi. O tempo não está...

Uma voz do MLSTP/PSD: — Não está a passar na Rádio Nacional.

Murmúrios.

Pausa.

A Sra. **Presidente**: — Houve corte de energia e do sistema que alimenta a Rádio Nacional.

A energia já foi reposta e os técnicos estão a tentar recolocar no ar a transmissão dos nossos trabalhos parlamentares. Vamos só esperar mais alguns minutos e já retomaremos.

Murmúrios.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Há energia, mas não estão a passar a coisa.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado não percebeu o que eu disse?

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Se não há energia, não devia estar a passar música na Rádio Nacional.

A Sra. **Presidente**: — Segundo os serviços técnicos, podemos retomar.

Sr. Deputado, vamos repor o tempo, vamos começar com os 51 minutos afectos ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Pode continuar, Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Como dizia, naturalmente que estando pressionado pelo tempo, não terei todo tempo para poder explicar, mas de qualquer forma, como dizia, ao ouvir o discurso do Sr. Primeiro-Ministro sobre o debate sobre o Estado na Nação, fica-se com a impressão de que o Sr. Primeiro-Ministro acabou de desembarcar no País. Nem parece que está a exercer esta função pela quarta vez e que deveria ser melhor conhecedor do País.

Por outro lado, eu dizia que também acompanhou o seu pai durante os 10 anos de «Trovadismo».

Aplausos do MLSTP/PSD.

Portanto, eu não tinha muita ilusão em relação a esse discurso. É uma continuação dos actos de campanha eleitoral que tem sido feito. Acabou por confundir e por misturar nessa análise os problemas estruturais e conjunturais. No fundo, acabou por fazer, digamos, uma análise a lupa dos problemas do País desde 1975 até hoje, para os colocar durante os 4 anos da última governação. Este povo já tem maturidade suficiente para perceber esse tipo de desorientação do Governo, buscando formas de escamotear a realidade, de mais, uma vez, atirar a poeira para os olhos da população.

Eu pergunto, em relação aos 4 anos, acabou por não tocar em quase nada sobre a herança de 2014-2018, que teve impacto também na governação seguinte. Esquece-se de que em 2018 recebemos o País também com problemas de reservas líquidas cambiais, que mal chegavam para 2 meses de importação, na altura.

Murmúrios.

Deixem-me falar.

Repare que falou tanto da EMAE, mas se esqueceu que nós encontramos o País completamente apagado, e as pessoas se lembram, sem combustível, com salários também por pagar, com recurso a banca comercial. Portanto, uma série de dívidas ocultas, 0,3% do PIB, cerca de 13 milhões de dólares que o XVII Governo passou todo esse tempo a pagar. Só o Liceu de Mé Xinhô, eram 6 milhões de dólares, da Mota-Engil, sem contar com as dívidas de estrada da mesma empresa no Príncipe. Esta empresa desapareceu, faliu, sem contar com os impactos dos custos sociais.

Portanto, há uma memória muito curta em relação a esse tipo de análise de forma parcial.

Eu não busco refúgio na COVID-19, mas o Sr. Primeiro-Ministro não teve nem COVID-19, nem as enxurradas, nem a guerra na Ucrânia e tinha na altura uma maioria absolutíssima de 33 Deputados.

Aplausos do MLSTP/PSD.

É bom que não se esqueçam do impacto que nós tivemos depois de 2019. Lembrem-se que na altura nós tivemos que assinar um acordo, em 2019, com o FMI e toda a dificuldade foi precisamente por causa das derrapagens dos indicadores macroeconómicos. Só conseguimos assinar o acordo em Outubro de 2019. Logo a seguir, no ano seguinte, a partir de Março, começou a Pandemia, uma crise generalizada, sanitária, económica, financeira, cultural, que acabou por colapsar as maiores economias do mundo.

E eu pergunto, onde é que o senhor estava? Onde é que o senhor estava? Depois de 2018, o senhor fugiu, desapareceu. Tem hoje a oportunidade de ter um ex-Primeiro-Ministro na bancada, para discutir consigo, o que o senhor nunca fez. O senhor nunca permaneceu aqui na bancada. Portanto, tem hoje o privilégio de discutir cara a cara com um ex-Primeiro-Ministro. O senhor é incapaz de fazê-lo, porque sempre que perde foge do País.

Na altura da COVID-19, a OMS fez uma projecção de 800 mortes na altura para São Tomé e cerca de 20 000 infectados, inclusivamente era para treinar até coveiros. Nós não tivemos outra solução, se não salvar vidas, em primeiro lugar.

Falava de combustível, nós tivemos que comprar os combustíveis logo nas primeiras horas de 2019. Quando o senhor saiu, os depósitos da ENCO estavam vazios e tivemos que comprar, encontrar soluções, como também vai ter que encontrar agora. Portanto, afinal de contas, ao chegar, pensou que vinha para um mar de rosas? Não! Vai ter que enfrentar os problemas, como nós enfrentamos. Portanto, este é o país real.

Enfim, estou limitado pelo tempo, naturalmente que prometo regressar.

Sabem que o anterior governo teve muitas realizações e, toda gente sabe, mudamos o rosto da cidade capital completamente, houve a realização de várias escolas. Portanto, tudo isso são realizações do anterior governo. Sabem perfeitamente disso.

Os vários projectos estruturantes, neste momento, já estão na fase de lançamento e nós perguntamos, porquê esse atraso em relação, por exemplo, à pista do Aeroporto. Porquê este atraso todo?

Em relação também à Marginal, o projecto avançou bastante, está no ponto de lançamento. Por quê esse atraso também?

Portanto, enfim, eu estou disponível para voltar, mas temos que gerir o tempo.

O que é verdade é que o País está muito pior hoje do que aquilo que nós deixamos.

Aplausos MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Varela, para a sua intervenção.

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo. Faço esta primeira intervenção, podia até ser apenas um pequeno ponto de ordem, porque eu acho que a situação do País é suficientemente difícil e complicada. Desenganem-se, a situação do País, nos próximos tempos, será muito mais complicada do que na situação da COVID-19, e tudo isso porque as projecções que foram feitas internacionalmente para os países africanos, desde muito cedo, não se confirmaram. A guerra de Ucrânia que começou e parecia uma coisa que não nos tocava, hoje, ...

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Só agora?

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — ... atinge proporções mais complicadas. Mas não é só a guerra na Ucrânia, é aquilo que começa agora no Sudão, é aquilo que vai começar entre a China e os Estados Unidos, tudo vai fazer com que a coisa seja mais complicada.

Murmúrios.

Eu não falo para os espíritos cuja alma chega apenas aos ilhéus das Rolas e das Cabras.

Aplausos do ADI.

Estou a falar para aqueles espíritos que são capazes, como *alma blukú*, de percorrer todos os horizontes. É para essas almas que eu estou a falar.

Mas eu gostaria de dizer outra coisa também. Eu esperava pela seriedade da questão e por alguém que teve a oportunidade de dirigir um país durante 4 anos, e foi a segunda vez neste País que isso aconteceu, de haver um primeiro-ministro que tenha tido o privilégio de governar durante 4 anos. O Sr. ex-Primeiro-Ministro, na minha opinião, deveria ter a decência, eu não direi a decência política, mas a decência moral, de vir aqui e evitar 75, trovadismo, estes chavões que não traduzem nada, absolutamente nada. Nós estamos perante uma realidade factual e, como se costuma dizer, contra factos não há argumentos. Há factos que estão provados e eu vou tomar ao acaso algumas ideias. O senhor falou de coisas que não pôde fazer, porque não houve dinheiro, o senhor falou da pandemia, mas o senhor sabe, o seu Ministro das Obras Públicas disse-lhe que recebeu 4,5 milhões de euros para fazer a ponte de Lembá e até hoje os

senhores não utilizaram um centavo desse dinheiro. Desde 28 de Dezembro de 2021, até hoje, o dinheiro está lá a dormir, e as populações têm dificuldade. Isso é um facto.

O Sr. ex-Primeiro-Ministro não pode esquecer outro facto: havia 20 milhões, havia um Decreto Presidencial, promulgado pelo Presidente da República, que destinava um fundo para o empreendedorismo jovem, que foi desviado para comprar geradores. O senhor sabe que há um gerador que foi comprado pelos senhores e que até hoje não entrou na rede caterpillar? O senhor sabe que nenhum deles entrou na rede com a sua plena capacidade? Quase todos entraram com 50%. Obviamente que um gerador ou um carro, eu vou tomar como exemplo um carro, para ser mais ilustrativo. Um carro que anda a 100 quilómetros, claro que não se vai andar sempre em plena velocidade. Vai-se andar a 80, a 70. Mas quando o senhor tem um carro que o construtor diz que anda a 120 km por hora e o senhor apenas consegue andar a 30, 40, há um problema. É isso que o senhor deveria explicar aqui.

O senhor teve 17 milhões para fazer o hospital. Onde é que está? O senhor prendeu, prendeu, o senhor prendeu...

Aplausos do ADI.

Protestos do MLSTP/PSD.

...e os 17 milhões permanecem no cofre até hoje. O senhor devia pedir aqui desculpas à Nação, não ao ofendido, à Nação, porque o seu Governo agiu mal.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — É melhor prender do que matar.

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Eu não costumo responder a esse tipo de coisas, porque se não eu diria uma coisa só, porque as mortes... o senhor sabe o que aconteceu na Polícia Judiciária. Eu não lhe digo mais. E os senhores retiraram essa senhora da Polícia Judiciária, para a esconder, e subtrair a Justiça, com drogas e tudo mais, mandaram-na para Portugal, para um centro de formação. Sabe o que aconteceu com as autoridades portuguesas? Deram uma bofetada ao Governo, não admitiram a senhora na escola. Este é um facto, mas eu direi mais dois ou três factos.

Eu dou ao senhor mais um facto. Em 2018, a EMAE tinha uma dívida acumulada de 96 milhões, disse o Sr. Primeiro-Ministro. Acumulada, quer dizer que não era só de 2018. Quer dizer que era de 2017, 2016, 2015, se calhar até 2009, não sei, mas, acumulada, naquele momento. 4 anos depois, quando os senhores saem, em 2022, há uma dívida de quatrocentos e tal milhões. Como? Repito, como?

Eu terminarei, porque os exemplos são muitos. Eu gostaria que o senhor viesse falar destes exemplos, e não estar a escamotear, como se o senhor estivesse a pavonear pelas ruas da cidade. Não é isso que se quer do senhor. O que se quer do senhor é que responda.

Eu termino por aqui, mas voltarei, em todas as oportunidades que eu tiver.

O senhor disse, com a sua própria boca, que quando o Governo de 2018 saiu, deixou as reservas internacionais líquidas com a capacidade de importação para 2 meses. Há normas, e nós temos que reconhecer que não estávamos na norma, porque o mínimo são 3 meses. O que o senhor deixou não dava para 1 dia.

Murmúrios.

É isso que o senhor tem que explicar. Como é que o senhor foi capaz de fazer isso, sem alertar Portugal, que garante a nossa moeda, sem alertar o FMI, sem alertar o Banco Mundial, que escreveu no seu relatório que o senhor levou o País a um descarrilamento total?! Eu estou a falar de factos, e eu quero que o senhor venha aqui e responda aos factos. E que o senhor não diga que é mais alto do que eu, nem que a sua gravata é mais bonita do que a minha.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Afonso Varela. Por enquanto, não temos qualquer inscrição.

Murmúrios gerais.

O Sr. Deputado foi citado pelo Sr. Deputado Afonso Varela, com situação e contextualização no espaço e no tempo. O nome do Sr. Deputado não foi citado.

Murmúrios.

Para dizer que muitos outros também foram citados. Então, gostaria de solicitar, todos os citados na intervenção do Sr. Deputado Afonso Varela vão ao púlpito defender a sua honra?

Murmúrios gerais.

Podiam dizer-me que o Sr. Deputado Osvaldo Abreu foi o mais visado na intervenção.
Sr. Deputado, se for pelo artigo 103.º, abriríamos excepção para muitos outros.
Eu não estou contra, no artigo 103.º pode fazer a sua intervenção, não excedendo os 3 minutos.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, eu pedi interpelação à Mesa, para ver como conduzirmos os nossos trabalhos. Nós estamos a discutir o estado da Nação, e o Sr. Deputado Afonso Varela descreveu factos. O Sr. Deputado Osvaldo Abreu tem tempo do seu Grupo Parlamentar, se entender por bem, para responder e debater sobre o estado da Nação...

Murmúrios.

... e aqui não há nada a ver com a defesa de honra ou por ter sido citado. Alguém tem que citar um ministro. A aplicação do artigo 103.º não se enquadra neste preciso momento.

Murmúrios.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Direito é ciência, não é só ler o Regimento!

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Na minha introdução para responder ao pedido do Sr. Deputado Osvaldo Abreu, eu dizia que muitos outros foram citados, e tinham que ser citados, porque faziam parte da governação anterior. Mas eu perguntei também: em quê o Sr. Deputado se sente ofendido?

Murmúrios.

Nós não estamos a dizer que vamos coarctar o direito do Sr. Deputado de fazer o uso da palavra, mas enquadrando-o no 103.º, tem os tais 3 minutos...

Vozes do MLSTP/PSD: — 102.º.

A Sra. **Presidente**: — Ah, já não é 103.º?

Murmúrios.

Com calma, sem nervosismo, vamos trabalhar, porque é isso que estamos cá para fazer.
O Sr. Deputado Elákcio quer ler o artigo 102.º, se faz favor?

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sim.

A Sra. **Presidente**: — Tenha bondade.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — «Artigo 102.º, pedido de esclarecimento...

Murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — Então, o Sr. Deputado que se sente ofendido pode fazê-lo, se faz favor. Estou a sugerir ao Sr. Deputado que faça a contextualização do pedido do seu colega. Faça a leitura, Sr. Deputado.

Murmúrios.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — «Artigo 102.º, pedido de esclarecimento.

1. O uso da palavra para esclarecimento limita-se a formulação sintética da pergunta e da respectiva resposta sobre matéria em dúvida anunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.»

Murmúrios.

Sr. Deputado Eláccio, o nosso debate é sobre o estado da Nação, certo? E o Primeiro-Ministro apresentou o real estado da Nação.

O Sr. Deputado Afonso Varela tomou a palavra, citando situações concretas, em momentos concretos. Todos os ministros do anterior governo vão-se sentir beliscados, ofendidos? Vão todos ter palco para responder aqui, tendo em conta que é um debate do estado da Nação? Para que não abramos precedentes, aconselho o Sr. Deputado a fazer uso da palavra no tempo do seu Grupo Parlamentar.

Murmúrios.

A Mesa tem uma única inscrição que é a do Sr. Deputado Osvaldo Abreu, e eu aconselho-o a fazer uso da palavra no tempo do seu Grupo Parlamentar, para que não abramos precedentes.

Ponto final.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar, Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — A Sra. Presidente já tinha dado a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Abreu, para reagir. Entretanto, voltou atrás. Atenção, espero que qualquer menção aos Deputados do ADI que cá estão, não venham reclamar direitos de resposta e outras coisas mais. Se estamos a fechar para um, é para todos. Não devia ser, mas já que estamos a ir por este caminho, terá que ser a solução.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Líder Parlamentar.

Ajudou-me bastante a dirigir os trabalhos. Se me conhece, sabe que eu sou uma pessoa coerente.

Murmúrios.

Não para um, não para todos. Portanto, eu não vou aqui, nesta sessão, abrir espaço para qualquer defesa à honra e integridade. Não vou abrir. Se um deputado quiser fazê-lo, que o faça no tempo do seu Grupo Parlamentar. E é assim que vamos continuar. Não vou dar a palavra agora. Quem quiser intervir, que o faça no púlpito.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, mas depois de eu terminar.

Estou a dizer que qualquer deputado que for agora fazer uma intervenção, que o faça no tempo do seu Grupo Parlamentar, para melhor conduzirmos os nossos trabalhos.

O Sr. Vice-Presidente quer intervir em que quadro?

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Interpelação à Mesa.

A Sra. **Presidente**: — É na perspectiva do que nós íamos falando?

Murmúrios.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, bom dia.

Nós estamos no debate sobre o estado da Nação, eu penso que é um exercício excelente e o povo quer que nós possamos discutir o País...

A Sra. **Presidente**: — Sr. Vice-Presidente...

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sim, sim, eu vou chegar aí. Eu tenho que fazer uma introdução, Sra. Presidente.

Murmúrios.

Mesmo se for interpelação à Mesa, no quadro de 2 minutos, eu ainda estou dentro dos 2 minutos. Eu conheço o Regimento.

O que é que se passa? A Sra. Presidente disse que não vai permitir que ninguém use ou faça uso do artigo 103.º, para defesa à honra. O que o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD acabou de dizer é que qualquer deputado do MLSTP/PSD pode levantar-se e insultar-nos e nós não teremos direito à defesa da honra?

O que aconteceu é que o Sr. Deputado Afonso Varela não insultou, não criticou, não chamou nomes, apresentou factos.

Só quero pedir à Mesa para conduzir os trabalhos.

Neste momento, honestamente, vamos olhar-nos, olhos nos olhos. Quem está a assistir em casa, está a acompanhar, sabe que não houve insultos, não houve nada. O Deputado tem tempo, levanta e vamos ao debate. É precisamente isso. Mas se houver defesa e alguma ofensa à honra, é digno que possamos invocar este artigo.

Obrigado.

Murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada.

Podemos continuar? Eu posso falar?

É só para dizer ao Sr. Vice-Presidente que, na intervenção do Sr. Deputado Afonso Varela, não houve insulto. Um Deputado sentiu-se beliscado, porque foi citado. É nesta perspectiva que nós dissemos que, se qualquer pessoa for citada, para não responder, no quadro do artigo 103.º. Faz o uso da palavra no tempo do seu Grupo Parlamentar, para que fiquemos esclarecidos. É só isso.

Já não vou aceitar interpelação à Mesa, porque precisamos continuar.

Murmúrios.

O Sr. Deputado Líder Parlamentar do MLSTP/PSD ajudou-nos bastante a ultrapassar esta questão, não vamos ficar presos a ela.

Murmúrios.

Mas o que o Sr. Vice-Presidente disse não serviu para nada, porque a nossa perspectiva não era aquela. Ele falou, mas nós sabemos o que estamos a fazer. Então pronto, vamos parar agora com todas essas intervenções, vamos ao que é interessante. O povo está a acompanhar-nos e o que precisa saber é o estado da Nação, e devemos apresentar à população um debate de elevado grau de competência. É para isso que estamos cá.

Por isso, eu peço a indulgência de Vossas Excelências em deixar-nos conduzir os trabalhos, para que todos tenham a palavra, mas dizendo coisas que realmente o povo quer ouvir.

É nesta perspectiva que eu pergunto ao Sr. Deputado Osvaldo Abreu, se vai fazer intervenção ou não no quadro de inscrição do seu Grupo Parlamentar. Não?

Então, tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, saudações cordiais, Mesa, Srs. Deputados do MLSTP/PSD, Srs. Deputados do ADI, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, muito bom dia.

Sr. Ministro das Obras Públicas, muito bom dia.

Risos.

Eu estive um bocado atento à intervenção do Primeiro-Ministro e eu retive duas observações que ele fez, uma relacionada com a ponte de Lembá e outra relacionada com a requalificação da Marginal e protecção costeira, este é o nome.

Bom, também ouvi atentamente aquilo que falou o Sr. Deputado Afonso Varela. Acho que está cá, não o vi.

Murmúrio e risos.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que está errado. Para a requalificação da Marginal já foram usados 3 milhões de euros, dos 25 milhões disponíveis. Não podemos continuar a mentir à população. Temos que falar a verdade. *Lemblá cú ma maguita di molá na ça limón plêmhê f'ô!* Portanto, temos que falar a verdade. Estão disponíveis, neste momento, 22 milhões para a realização das obras, ou seja, já se gastou cerca de 3 milhões com duas assistências técnicas e não com gabinetes nacionais, com gabinetes estrangeiros.

Em relação ainda à requalificação da Marginal, eu fico bastante feliz por observarem isso e bastante preocupado, na medida em que na requalificação da Marginal temos uma intervenção que é a ponte do Aeroporto. Nós lançamos um concurso restrito, engajamos a Empresa JAA e o actual Governo, infelizmente, retirou as obras da empresa e atribuiu à Empresa ACA que, ontem, era rotulada como uma empresa corrupta, connosco, que andava a comer dinheiro. Bom, eu gostaria de saber como é que isso foi feito e porque foi feito, na medida em que a empresa foi engajada no âmbito de um concurso e com uma proposta financeira muito mais baixa do que a proposta da Empresa ACA. Neste momento, ainda assim, o contrato foi aumentado em cerca de 3 milhões de dobras. Portanto, contra factos não existem argumentos. É preciso esclarecer isso. O mais grave ainda, Sr. Ministro, é que aquelas obras não contemplam muitas outras obras de acabamento da ponte, como por exemplo o passeio, não contempla o asfalto, ou seja, é apenas a estrutura da ponte até ao tabuleiro. Gostaríamos de saber o porquê disso acontecer desta forma e porquê o valor da obra aumentou, quando estamos a falar de um concurso de ajuste directo, em que nós temos que justificar – ah, esta não é minha área, é sua – a razoabilidade do preço. Como é que você faz um ajuste directo em que aumenta a proposta da outra, numa conjuntura que não é uma obra de emergência, e você não justifica, aumenta o montante inicial da proposta que já era superior à proposta vencedora? Assina um contrato baseado em que critérios? Onde é que nós estamos a justificar a razoabilidade do preço?

Aplausos do MLSTP/PSD.

Ainda sobre a obra da Marginal, nós facilitamos o trabalho do actual Governo. Lançamos o concurso, analisamos as propostas e entregamos ao Governo apenas a efectivação do relatório de avaliação. Podia também avaliar. Até agora, passados quase 6 meses, ainda estamos na mesma situação, sem que a obra seja feita, sem que a atribuição seja feita e sem que a notificação dos resultados aos concorrentes que participaram no concurso também seja feita. Estamos a trabalhar seriamente? Eu acredito que não.

Em relação à ponte de Lembá, eu acredito que o Sr. Primeiro-Ministro tem um Ministro bastante competente. O Ministro Adelino Cardoso é bastante competente, trabalhou comigo, foi meu colaborador, enquanto Coordenador-geral do Projecto de Requalificação da Estrada Nacional n.º 1. E Coordenador, porque nós não perseguimos.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Participou num concurso e assinamos um contrato, porque reconhecemos nele a competência. E temos que reconhecer também competência em partilhar informações. O Sr. Primeiro-Ministro veio dizer que para a ponte de Lembá o dinheiro está aqui há muito tempo. Tenho uma mensagem que prova, e posso mostrar, do Coordenador, o Eng.º Adelino, na altura, em Maio, as enxurradas foram em 28 Dezembro de 2021, e a disponibilização da verba foi em Fevereiro de 2022. Diga-se de passagem, é verba do projecto do sector de transporte, ou seja, a segunda intervenção que temos, de Guadalupe até Neves, poderá estar comprometida, porque estes 4,5 milhões de obras saem também desta verba. Mas acredito que o Banco Mundial poderá disponibilizar mais dinheiro, naturalmente, tudo depende das justificações que temos.

Em Maio, o Eng.º Adelino fez um comunicado ao Ministro das Finanças de então, e temos a partilha em mensagem, de que os procedimentos técnicos estariam conformes até o final de Maio. Procedimentos técnicos que passo a explicar. A verba foi disponibilizada para também fazermos um procedimento de ajuste directo, rápido, mas infelizmente descortinamos, o Sr. Coordenador e o INAE, que para fazermos esta intervenção tínhamos que fazer estudos, porque uma das pontes é numa região arenosa, a de maior vulto, que é a ponte de Lembá. E implicava estudos, porque as propostas que tivemos falavam de forma genérica sobre a intervenção, e intervenção a preço global, o que não é muito conveniente para o Banco Mundial.

E o Banco optou por lançar um procedimento para a contratação de gabinetes para fazerem estudos, que é o que o senhor tem agora, e logo depois lançar outro procedimento para a contratação de empresas para executarem as obras.

Não podemos estar a mentir à população.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O senhor não pode estar a mentir à população, Sr. Primeiro-Ministro. Quando o senhor diz que a verba está aqui desde o ano passado, repare, tivemos,...

Ruídos do ADI.

... quando o senhor diz que a verba está – deixem-me acabar a minha oração – desde o ano passado, com o actual Governo e não se fez nada, então, o senhor tem que ter informações. Tivemos Junho, Julho, Agosto. Desafio este Governo a executar a obra amanhã.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A verba está disponível e o Ministro sabe que não tem como executar a obra amanhã. Acredito que ele sabe que nem no próximo mês conseguirá executar essas obras.

Murmúrios do ADI.

Não interessa. Demoramos 3 meses e vocês demoraram 6 meses. O dinheiro está disponível e não fizeram absolutamente nada.

Relembrando também, já agora, fico espantado que não tenham falado das três pontes que fizemos com a Empresa ACA. Fico muito espantado. Ontem, a ACA era empresa corrupta, hoje vocês fazem um ajuste directo com a ACA. Aliás, é empresa de Jorge, Gabdulo, Abreu e por aí vai. Hoje, fazem um ajuste directo com a ACA. Fizeram pior do que nós. Retiraram uma empresa nacional, isso é matar o empresário nacional, isso é criar problemas à vida das pessoas que trabalham naquela empresa, e uma empresa que, diga-se de passagem, tinha apenas uma obra, e a ACA tem hoje, pelo menos, três obras. Bairro Verde, EN1 e Ponte, sem falar da ponte de Lembá que ainda não acabou.

Facilitamos o serviço a este Governo. Engraçadamente, vocês pagaram, sem o Orçamento, as três facturas à ACA.

Ruídos do ADI.

Admito que sim, posso estar errado, mas pagaram. E referente às obras da ponte de Ribeira Funda, que ainda falta o asfalto...

Também lembrar aos Deputados desta Assembleia que, infelizmente, os arruamentos da Cidade Capital estão horríveis. O anterior governo fez um exercício para reabilitar, inclusive hoje o Primeiro-Ministro pode entrar no seu gabinete tranquilamente.

Vimos o vulcão que era a Praça de Táxi, vimos aquilo que é a Praça Yon Gato.

Reabilitamos e demos uma dignidade melhor ao centro da Cidade, mas hoje a estrada está como está, é gravíssimo isso, passados 6 meses, e com uma solução que acredito que já tinham.

Também falo, meus senhores, atenção, está a acontecer muitos acidentes na Marginal. Quando os buracos da Marginal, no Ministério da Agricultura, abria, todo mundo punha a mão na cabeça. Hoje, lá à frente do Paraíso dos Grelhados está com um buraco, tem-se que fazer desvios para passar. Portanto, atenção.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Varela.

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Uma vez mais, saudações aos Srs. Deputados.

Ouvi o Sr. Eng.º Gabdulo Quaresma falar, e gostei de ouvi-lo falar, porque, mesmo discordando em alguns aspectos com ele, ele cingiu-se aos aspectos práticos reais da nossa sociedade. E essa elevação, se calhar, decorre do facto de ser meu primo e primo do Adelino. Deve ser uma questão familiar.

Mas, ainda assim, gostaria de dizer duas ou três coisas, para que também não se misture as coisas e se dê uma impressão de nitidez que não existe. Eu não sou engenheiro civil, mas são factos notórios. E os factos quando são notórios, não carecem de demonstração, de prova, porque são notórios, evidentes.

O betão utilizado para fazer as três pontes a que fez referência, na Cidade de São Tomé, é fornecido pela mesma empresa. Entretanto, o metro cúbico do betão utilizado para fazer a ponte de Ribeira Funda, que está a quase 24/27 Km, quer dizer que se tem que transportar até lá, foi três vezes mais barato, e há papel a mostrar isso, do que o betão utilizado para fazer as três pontes da Capital. Isso tem de ter uma justificação, aliás nem deveríamos discutir essa questão nesses moldes, porque é uma questão que aparentemente está sob a alçada da Justiça, que mandou fazer um inquérito e chegou a essa constatação de que o betão fornecido pela mesma empresa custou três vezes mais na Cidade Capital, que está à mão de semear, do que o betão que se transportou 27 Km fora da Capital.

Quando se fala da Marginal, há elementos de verdade naquilo que disse o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma, mas qual é a realidade? É que esse processo tem um fundador e esse fundador é o Governo do ADI. Quando este Governo entrou, gastaram pelo menos uma centena ou mais mil dólares com uma empresa que andou a refazer a Marginal, e não se vê nada. Criaram até uma falsa expectativa do que era aquele projecto da Marginal, mas quando, em 2018, o outro governo cessou, já se havia assinado os 12,5 milhões, estava-se na fase final de negociação com a União Europeia, para os 12 milhões remanescentes. O governo levou 4 anos para poder concluir isso e colocar no estado em que está. Houve evolução, mas 4 anos para se fazer aquilo? Temos que reconhecer que há um problema de capacidade de execução. Tem-se que reconhecer que 4 anos são demais para um projecto que até já tinha o dinheiro, diria, quase que disponível, faltava assinar. Porque mesmo os 12,5 milhões que se assinou, foi já na fase final do governo.

E a última questão que queria referir, ainda sobre aquela ponte, há ordem para se fazer a ponte, os 4,5 milhões estão no País desde Fevereiro de 2022 e, segundo o próprio Deputado, o Banco Mundial teria orientado no sentido de adjudicação directa, tendo em conta a premência. Se a cosia foi feita de outra forma, foi pelas escolhas do próprio governo anterior ou a sua própria incapacidade de poder negociar. Porque se o Banco Mundial, que deu o dinheiro, orientou para abjudicação directa, foi isso que disse, como é que depois nos encontramos embrulhados em procedimentos burocráticos e tudo mais, como o engenheiro fez referência. É uma questão que devemos interrogar.

Mas a minha última questão, que é ainda mais surpreendente e isso era bom que o povo ouvisse e soubesse, é que o governo anterior diz ter restituído a dignidade à Cidade Capital. Como é que obras de alcatrão que se tenha feito e, em 6 meses, a cidade está toda destruída?

Murmúrios.

Bem, conheço a Cidade. A estrada à frente da Igreja Adventista está intransitável...

Murmúrios.

... ah, Igreja Adventista não é Cidade Capital? Francisco Cabral não é Cidade Capital? A bomba de gasolina à frente de Beirão e do Banco Internacional que não funcionou não é capital? Quer dizer que, em 6 meses, o Governo é que destruiu a rua ou foi trabalho mal feito e a incapacidade é que faz com que tenhamos a cidade que temos hoje?

Se os senhores tivessem tanta certeza naquilo que estão a dizer, teriam calado, para poderem ouvir isto. Se não querem que as pessoas oiçam e estão a fazer barrulho, é porque não querem, pura e simplesmente, ouvir a verdade.

Aplauso do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Baltazar Quaresma.

O Sr. **Baltazar Quaresma** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, Excelência, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, Srs. Técnicos desta Casa Parlamentar e Srs. Técnicos da Comunicação Social, bom dia.

Tive a oportunidade de acompanhar a explanação de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, no que tange ao Sector da Justiça.

Temos a consciência de que há necessidade de se fazer uma reforma da nossa Justiça. Existem Tribunais com juízes jubilados que estão em pleno exercício das suas funções. Há que fazer reforma, sim, para dar oportunidade aos mais novos, de forma a permitir que eles possam progredir na sua carreira profissional.

Sr. Primeiro-Ministro, o País é nosso, temos que encontrar solução para as nossas reais dificuldades.

Sr. Primeiro-Ministro, todos os juízes jubilados têm que ir para casa, sobretudo aqueles que se auto-jubilaram, inventaram a sua jubilação. Têm que ir para casa, mas sem jubilação, visto que o País não tem condições para arcar com mais despesas.

O senhor tem que tomar medidas, política e judicial.

Nós, a Coligação MCI/PS-PUN, iremos introduzir nesta Assembleia uma iniciativa legislativa, para pedir o afastamento de todos os juízes jubilados.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado Varela, meu primo, a obra da Ponte Tavares foi feita com 787 000 euros, uma ponte. O anterior governo fez três pontes com 1,4 milhão de euros. Não se pode ver uma obra apenas no betão. A obra implica muitas coisas, inclusive mobilização. Prefiro falar de obra com o Eng.º Adelino Cardoso, outro nosso primo, não consigo.

Em relação à Cidade Capital, que reveja bem. Fizemos intervenções profundas, inclusive tenho um colega amigo, seu colega, que tem mãe que tem loja lá à frente. Ela que diga como é que aquilo estava.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Estou autorizado a falar por 5 minutos, vou tentar ser sintético, porque o tempo urge.

Vou ler primeiramente pequenos trechos de um texto da autoria de alguém presente aqui nesta Assembleia: «Cabe-me repor algumas verdades e, numa atitude decididamente de oposição construtiva, chamar atenção de todos e em particular ao seu governo para o realismo, pois encontrar um bode expiatório para colocar todos os males de que padece o País é uma tarefa fácil e, se calhar, pode ser aceitável nos primeiros 100 dias de governação. Depois disso, os são-tomenses o julgarão pela sua capacidade e do seu governo de realizar coisas que satisfaçam às suas crescentes necessidades.

A vossa apresentação não nos convenceu em nada da justeza da vossa análise e da vossa capacidade de gerir o País, aliás, para que não haja decepções, Vossa Excelência já veio dizer que a situação é muito complicada, a vossa análise está viciada à partida, mas parece um exercício de justificações e desculpas antecipadas ou de culpabilização futura dos outros pelo seu insucesso». Palavras do meu correligionário, Abnildo d' Oliveira, em 2018, aquando da discussão do estado da Nação.

Permita-me, caro colega, fazer hoje minhas as suas palavras.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Indo aos factos, Sr. Primeiro-Ministro, como já foi dito aqui, é a quarta vez que é Primeiro-Ministro, deveria conhecer bem o País. Quando veio cá relatar, balizou o seu tempo no período de 2018 a 2022, mas esqueceu-se que há continuidade de Estado e há acções que vêm de mais tempo atrás e é preciso trazer esses dados, para contextualizarmos o debate.

Funcionários públicos. O senhor disse que em 2018 deixou dezassete mil, duzentos e tal funcionários públicos e agora está em vinte e três mil e tal. Esqueceu de dizer quantos funcionários públicos encontrou em 2014, quando entrou no XVI Governo constitucional. Digo-lhe, 15.550. Portanto, em 4 anos do seu governo, aumentou quase 2 000 funcionários públicos. O Dr. Ginésio tem esse dado, pode confirmar.

Murmúrio do ADI.

Estou a dizer que aumentou. Portanto, quando se tem telhado de vidro, não se atira pedra ao dos outros.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — *Falou fora do microfone.*

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Eu já disse, o Sr. Primeiro-Ministro já falou. Não estava atento?

Murmúrios do ADI.

A gestão das empresas públicas. Dr. Varela, em 2020, com o financiamento do Banco Mundial, fizemos uma auditoria, através da multinacional PWC às quatro maiores empresas públicas do País: ENAPOR, EMAE, Correios e ENASA. Creio que o Dr. Gareth, Ministro da Presidência, tem esse relatório no seu gabinete e era bom espreitá-lo.

Falando sobre a EMAE, alguns dados. EMAE, 2017, rentabilidade da Empresa, menos que 65%, ou seja, rentabilidade negativa de 65%, equivalente a Dbs. 158.637.828,00 (cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e trinta e sete mil, oitocentos e vinte e oito dobras, rentabilidade negativa em 2017. Em 2018, piorou, menos 79%, Dbs. 166.891.937,00 (cento e sessenta e seis milhões, oitocentos e noventa e um mil, novecentos e trinta e sete dobras).

Funcionários, em 2017, havia 370, em 2018 passou para 419, aumentou quase 50 funcionários, em 1 ano.

Resultado líquido, em 2017, resultado negativo de 226.584.734 (duzentos e vinte seis milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e quatro dobras), resultado líquido negativo, em 2018, (duzentos e sessenta e nove milhões, oitenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco dobras).

Se não têm, vou partilhar por *e-mail* esses relatórios, porque é bom que vejam o que aconteceu nessas empresas, nesse período.

Volto a dizer, quem tem telhados de vidro, cuidado ao atirar pedras».

Reservas do Banco Central. Naturalmente que já foi dito aqui que o contexto em que nos encontramos...

Uma Voz do ADI: — *Falou fora do microfone.*

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — ... não, sempre explicamos que era preciso, para garantir a importação do combustível, assumir a cobertura cambial.

O Sr. Primeiro-Ministro disse aqui que este ano já se usou quase 9 milhões para a primeira importação de Janeiro. Haverá uma este ano que é preciso 10 milhões. Até o final do ano, vai ser preciso mais duas ou três. É só fazer contas, e quero ver qual será a reserva líquida no final deste ano. Não há milagres. Se conseguir fazer, então o senhor é um milagreiro. É para aí que foram as reservas internacionais líquidas.

Porque, se a ENCO não importar o combustível fora daquele plano de fornecimento da SONANGOL, que como todos sabem, foi cortado em 2/3, o País para. Como é que é? Tem-se que garantir a cobertura cambial.

Fundo do Kuwait. O acordo foi assinado em Maio/Junho de 2016. O XVI Governo saiu em Dezembro de 2018, dois anos e tal depois. Por quê não implementou também o projecto? Por quê não lançou o concurso pelo menos, se era tão fácil assim?

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — O projecto estava feito.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Não, não, não estava nada feito. O anterior governo...

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Para cumprir, tem que prender.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — O anterior governo, primeiro que tudo, negociou a extensão do contrato, terminava em 2020.

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Primeiro prendeu.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Dr. Varela, por favor.

Murmúrios do ADI.

Estendeu a prorrogação do contrato a 2025, criou a unidade de implementação de projecto chefiado pelo Eng.º Tomás Vera Cruz, que tem feito um excelente trabalho. Espero que aproveitem o trabalho que ele tem feito.

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — *Falou fora do microfone.*

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Depois, a pergunta que se impõe é esta. Lembro-me que num dos comunicados do Conselho de Ministro o governo anunciou que iria criar rapidamente uma equipa para irem a Kuwait negociar e tudo mais. Passados 5 meses, em que ponto está? Por quê ainda não há novidades, se é tão fácil assim? Se o governo era incompetente, por quê não há novidade?

Para terminar, acções prévias do Banco Mundial. Outra vez, das oito acções prévias, que deixamos e o Sr. Primeiro-Ministro tem um interlocutor privilegiado que é o Dr. Ginésio, acompanhou este processo no outro governo, sabe que das oito acções prévias apenas uma é que estava totalmente por fazer, três estavam concluídas e as outras estavam encaminhadas, e posso provar isso.

Uma voz: — Não, não prova.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Quer que eu diga? Dê-me 5 minutos que eu digo, uma a uma.

Ruídos do ADI.

Não, não. Portanto, meus senhores, como dizia o Deputado Abnildo, há 4 anos, olhar para frente, arregaaçar as mangas e trazer as soluções que os senhores prometeram.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Na apresentação de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, retive três notas que, na minha opinião, espelham a situação do País, e é preciso exigir clarificação e responsabilidade. Mas antes de entrar nessa nota, também ouvi a intervenção do ex-Primeiro-Ministro, o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus, que entretém o povo com vários léxicos, não vou entrar em debate em questões de léxicos, vou deixar com o senhor professor e o Sr. Dr. Afonso Varela, mas há sempre a

questão estrutural e conjuntural, todos esses recorrentes chavões. Como professor, acho que alguma coisa não foi bem explicada por si, porque não entendi. Não posso compreender como é que há uma dúvida sobre o que se refere à dívida pública e à dívida oculta. São dois conceitos, na minha opinião, diferentes. Um país declarado com dívida oculta, em Dezembro de 2018, como é que, em Outubro de 2019, o FMI vem assinar um programa com o mesmo? Isso não é possível. Não vamos enganar o povo. Isso é incongruência.

Estudei em Moçambique e lá teve dívida oculta. Sou Jornalista de formação e sei o que é dívida oculta. Se São Tomé e Príncipe tivesse dívida oculta, em Outubro de 2019, não teria nenhum programa com o FMI. Isto é bê-a-bá, simples. Eu não sou economista nem jurista.

Portanto, sobre a situação de importação de combustível que o meu amigo de Mé-Zóchi, Wando Castro, veio explicar, é uma explicação técnica, mas não me convenceu, porque os camaradas de São Tomé e Príncipe estão «a passar perna aos camaradas de Angola», e quem está a pagar é o povo de São Tomé e Príncipe. Justifico. Se a ENCO deve à SONANGOL e a SONANGOL, por via dessa dívida, faz corte de 2/3 de combustível a São Tomé e Príncipe, a ENCO o que é que faz? Tem que comprar 1/3. A SONANGOL corta 2/3, a ENCO vai buscar 1/3...

Uma voz do ADI: — 2/3.

Sim, a ENCO vai ter que buscar, comprar 2/3 para fazer o 3. O quê que se passa. Ao invés de a ENCO comprar os 2/3 ao seu amigo, camarada, Angola, vai comprar a outro terceiro, para subfaturar. Então, se tem dinheiro para comprar 2/3, porque que não compra ao seu amigo de coração?

Vozes do ADI: — Que dá fiado.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Que dá fiado a 1/3.

Aplausos do ADI.

E foi por esta razão que a SONANGOL, mesmo esse 1/3 que oferece, disse: «se vocês não pagarem, não levam», e a partir desse momento temos que pagar. E mesmo explicando os 2/3 o quê que faz? Era dobra da ENCO. E essa dobra que a ENCO tinha avultado, em termos de liquidez, tinham que fazer um cambalacho aqui, para buscar a reserva cambial, o que justifica o saldo negativo da reserva cambial. E com o saldo negativo da reserva cambial, que é o terceiro ponto que eu ia citar, o que é que se passa? Se o País não tem divisas, vai buscar sal como? Vai buscar medicamentos como? Tem que dar a importadores, porque a dobra não faz compra em Portugal, a dobra não faz compra no Gabão, a dobra não faz compra em nenhum outro país. A dobra só compra em São Tomé e Príncipe. Então, se os senhores deixaram a situação de reserva em negativo, como é que este Governo chega e imediatamente tem que abastecer o mercado? Os senhores é que têm que dar esta explicação ao povo. Por esta razão, Sr. Deputado Jorge Bom Jesus, que é por sinal professor, e nem vou entrar na área da Educação, porque está uma lástima, ex-Ministro da Educação, se nós formos fazer o balanço, como Primeiro-Ministro, veja aquilo que nós tínhamos, podemos discutir números, e o senhor que venha dizer-me agora como é que está o estado da Educação que o senhor deixou, nos últimos 4 anos.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado e Vice-Presidente, Abnildo d' Oliveira.

Chamo agora o Sr. Primeiro-Ministro ou um membro do seu Governo que indicar, para uma intervenção.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo:** — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Só volto a insistir em algumas notas aqui, porque de facto a situação do País está séria e é preciso nós sermos sérios, quando estivermos a discutir.

Primeiro, é a quarta vez que eu sou Primeiro-Ministro, é verdade, mas sou Primeiro-Ministro...

Uma voz do MLSTP/PSD: — E nada mudou!

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — ...pela quarta vez e, desta última vez, eu fiz uma semana de campanha e o povo nos deu maioria absoluta.

Aplausos do ADI.

Então, se o povo me deu maioria absoluta, há uma razão. Se o povo me chamou pela quarta vez, há uma razão.

Murmúrios.

O povo, soberano, escolhe. Escolheu o PCD/MDFM-UDD e o MLSTP/PSD, 4 anos depois, voltou a escolher Patrice Trovoada. Há uma razão. Então, vamos respeitar o povo e a sua decisão.

Murmúrios.

Agora, há algumas coisas que é preciso dizer. Em 2019, o programa com o FMI acabou. Não foi suspenso, acabou o seu tempo. O Governo que entrou, negociou um novo programa.

Murmúrios.

Sim, mas o programa acabou. A situação, só é um programa interrompido por descarrilamento, é diferente. E não sou eu que estou a dizer, vão ver os relatórios do FMI, está lá dito. Então, as situações são diferentes. É por isso que o povo faz a diferença.

Estamos a falar do aumento do número dos trabalhadores na Função Pública. Então, o quê que nós estamos a ver. Há um governo, o nosso, na altura, 2014-2018, os funcionários aumentaram 14%. Na altura, já estávamos com dificuldades, só 78% nós conseguíamos pagar. Nós já estávamos com dificuldades para pagar os salários, se calhar essas dificuldades, que têm reflexo na vida do País, fizeram com que o senhor conseguiu ser o Primeiro-Ministro. As pessoas diziam que, se calhar, o senhor iria resolver. Quando o senhor saiu, se nós tínhamos aumentado 14%, o senhor aumenta em 17% os funcionários, e a capacidade de receita baixa em dez valores e tal, para poder suportar os encargos do Estado. Esta é a realidade.

O Sr. ex-Ministro da Presidência fala da situação do País e não sei quantos. Sim, em 2018, quando o senhor fez o Estado da Nação, não foi até 1975. O senhor não foi perguntar ao Miguel Trovoada o que ele fez. Bom, o que nós estamos a dizer é que existe alguma diferença. Em 2018, o que as entidades ligadas ao Estado deviam à ENCO são 86 000 dólares, acumulados. Aquilo que nós encontramos, 4 anos depois, são 437 000 dólares, cinco vezes mais. Há uma diferença. Não estamos a discutir, queremos só uma explicação.

Quando falamos da dívida, de novo, por quê eu insisto nessa dívida? Porque essa dívida da EMAE, ENCO, SONANGOL, eu disse na minha intervenção, é um cancro. Nós temos uma dívida acumulada de 93 milhões de dólares, EMAE, ENCO, sob um período de mais de 8 anos. Quando nós chegamos, essa dívida era de 194 milhões de dólares, duplicou em 4 anos. Não podem vir dizer que é a mesma coisa, continuidade. Alguma coisa aconteceu! Se os senhores não foram capazes de lidar com a situação, que reconheçam, alguma coisa aconteceu.

O senhor diz que, sim, reservas cambiais. Por amor de Deus! 1,8 meses de reversas cambiais que o senhor recebeu em 2018. Não é o ideal! Os nossos parceiros exigem 3 a 4 meses. Mas o senhor quer comparar isso a um Banco Central no vermelho, 127 000 dólares negativos? Não é a mesma coisa.

E diga-se de passagem, Sr. ex-Primeiro-Ministro, as pessoas estão a olhar para nós. Sejamos sérios! Os nossos parceiros estão a olhar para nós. Sejamos sérios! Se quer um debate sério, sejamos sérios!

O senhor encontrou 1,8 meses de importação, não é o ideal, mas nós encontramos um Banco Central no vermelho, quando para comprar cebola, óleo alimentar, medicamentos, fazer transferências para a compra de combustível tínhamos que ter dólares. Nós conseguimos, na altura, 15 milhões de Portugal. Sim, fomos à busca de solução. Porque nós podíamos dizer, é assim, é assim, vem de há muito tempo, vem de 1975.

Risos do ADI.

Nós sabemos que o País tem problemas estruturais, mas nós somos escolhidos e eleitos para resolver os problemas e trazer soluções. Se nós não conseguirmos, o povo põe, o povo tira. Nesse caso, o povo pôs-me a mim e tirou o senhor. Não há problemas nisso, é a democracia. Agora, factos são factos e números são números, e é isto que temos que reconhecer.

Aplausos do ADI.

Aqui, mais uma vez, há coisas que podemos discutir de uma maneira objectiva.

Arruamento da Cidade, sim, alguns foram feitos, mas como é que está a Cidade hoje? Esgotos entupidos, buracos por todos os sítios...

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Solução, solução!

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Então, há uma explicação, antes da solução. Há uma explicação, e essa explicação é que leva a sanção, e sansão nas urnas.

Nós temos situações que temos que reconhecer. A EMAE, como está? Resultado negativo em duzentos e tal milhões, quando vocês entraram. A previsão para este ano é negativo em 850 milhões. É sempre negativo, mas não é a mesma coisa.

O custo com o pessoal da EMAE, em 2020, era de €3. 654.000,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil euros); em 2021, €3. 904.000,00 (três milhões, novecentos e quatro mil euros); 2022, €4.396.000,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e seis mil euros). São custos com o pessoal. Pode haver explicação, mas será que a electricidade melhorou? Será que facturação melhorou? Será que a água melhorou? Então? São factos. Guadalupe tem problemas de água; Micoló tem problemas de água; Fernão Dias tem problemas de água. Os depósitos que deviam ser construídos em Conde para Guadalupe. Bom, foram pagos 80% da factura, mas os depósitos ainda não começaram. Pode haver uma explicação, mas são factos.

Murmúrios.

Pode haver uma explicação, mas são factos.

Então, essa ponte aí do Aeroporto, quando houve problemas, carros a caírem e não sei quantos, houve uma empresa nacional que tinha o contrato, mas, toda gente sabe, não fez nada. Problema de incapacidade e não sei quantos, mas não fez nada. E essa empresa tinha levado já 30% do contrato. O quê que nós tínhamos que fazer? Tínhamos que encontrar a solução, e fomos buscar a empresa que, tecnicamente, devido a complexidade da obra, tinha a solução. Ainda não pagamos. E modificou-se o projecto, modificou-se a solução técnica.

Então, como eu digo, a situação do País é muito séria e temos que ter um debate sério. E eu espero que de facto, nesse momento privilegiado que nós temos aqui, tenhamos um debate sério. Por isso, eu estou calmo e tranquilo. Quero dizer-vos, eu não estou estressado. Estou tranquilo.

Murmúrios.

Aplausos do ADI.

Porque vamos ter solução. O povo está consciente, o povo sabe que está difícil, mas o povo está à espera, sim senhor, da solução. E nós vamos trabalhar para a solução.

Falou-se aqui, há problemas transversais, mais uma vez podemos comparar a capacidade de execução dos projectos. Comparemos: o hospital, 17 milhões, assinado em 2016, ao sair em 2018, estávamos quase na fase de poder lançar o concurso, o projecto já estava feito. O novo Governo chega e a primeira coisa que fez foi prender um ex-Ministro. Prendeu o Ministro, mas continuou a inscrever os 17 milhões no Orçamento...

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sem vergonha.

Os documentos estão aí, provem. Então, se o dinheiro foi roubado, continua no Orçamento? 2016-2018, nós estamos em 2023. Sim senhor, o projecto mudou, já não são 17 milhões que precisamos, são 34 milhões, tudo bem, mas alguém pode dizer-me que não há aí um problema de execução? Há um problema de execução. E voltamos...

Murmúrios.

Uma voz do MLSTP/PSD: — O povo não quer história.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo:** — Sim, o povo já não quer história, por isso votou no ADI.

Risos e aplausos do ADI.

Nós reconhecemos que há um problema de capacidade de execução e toda gente sabe disso. Mas se vamos comparar a execução, nós temos uma história de capacidade de execução muito superior aos outros governos. Eu só quero relembrar que o próprio Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), na altura, quando estávamos com o FED Estrada, nós tivemos um bónus devido à capacidade de execução, que era boa.

Há pequenas situações, foi explicada aqui a questão das pontes, que se mudou para um estudo melhor, oxalá que sim, há explicações a dizer que não são 25 milhões para a protecção costeira. São 22 milhões, porque houve unidades que foram criadas, etc., etc. O próprio Banco Europeu vai repor. Mas o nosso problema é o quê? Se em 2017 começamos um projecto, nós não podemos estar em 2023 sem que o projecto possa arrancar, com todas as consequências. Uma delas é a inflação, mesmo o preço dos materiais, que faz com que depois o dinheiro não chegue para acabar a obra. Mas querem dizer que isso não é o estado da Nação? Querem dizer que isso é mentir ao povo? Que isso é politiquice? Sejamos sérios!

Quando se fala das pensões e reformas, quer dizer, o nosso sistema de Segurança Social, quando 115 pessoas, que trabalharam como todos os outros, chegaram, graças a Deus, à idade de reforma, como todos os outros, mas quando os 115 levam 1/3 do dinheiro e sete mil, trezentos e tal ficam com 2/3, nós não temos a obrigação de questionar o Sistema de Segurança Social? Isso é o que? É brincar? Não é o estado da Nação?

Quando alguns são-tomenses ganham de pensão oitenta e tal mil dobras e outros estavam com 800, passaram a 1000, não têm dois pés, dois braços, uma cabeça, uma barriga, um estômago, para comer? Não devemos questionar essa situação de injustiça a nível social?

Então, como eu disse aqui, eu acho que depois de 4 vezes Primeiro-Ministro, eu conheço também um pouco o País. Dirigi este país, dirigi pessoas, projectos, e eu quero dar garantia aos são-tomenses. Como ficou este país, como nós encontramos este país, é bom começar a tomar medidas, é bom tomar decisões. Eu não vou ficar a dizer, não, mas o combustível vinha já assim, não sei o quê vinha já assim, porque este cair, cair, cair que estamos a cair, hoje batemos no fundo.

Eu digo-vos, estou bem de saúde. Não tenho cancro, não tenho absolutamente nada. Minha cabeça funciona, minha boca também funciona, quando for necessário. Mas eu quero dizer uma coisa, mais do que tudo, eu estou convicto, eu estou confiante de que havemos de mudar a situação.

Aplausos do ADI.

Aquilo que nós pedimos é que toda gente tenha consciência da situação em que se encontra o País e, então, que dêem o seu contributo. Que alguns de vocês que têm boas ideias, tragam-nas, que dêem o vosso contributo, porque os números dizem que vocês não conseguiram inverter a situação. A situação do País piorou, e piorou tanto, que temos que perguntar, como é que foi possível? Um Banco Central no vermelho? Como é que foi possível? 272 milhões de dólares de dívidas para com Angola, só naquilo que é a ENCO?

Murmúrios.

Como é que foi possível?

Muito obrigado!

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro

Temos inscritos dois Srs. Deputados, o Deputado Wuando Castro e o Deputado e Líder Parlamentar do ADI, José António Miguel.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, vou ser rápido, duas questões.

Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, vou fazer-lhe uma pergunta. Creio que foi ou é membro do Conselho de Administração da ENCO, sabe quem é o maior accionista da ENCO? É a SONANGOL, certo? Se a própria SONANGOL, enquanto maior accionista da ENCO, autoriza a compra de combustível a outras pessoas, como é que vem dizer que os camaradas é que estão a enganar seja lá quem for? É porque a própria SONANGOL não está disponível para vender o combustível à ENCO nestes moldes. Tanto é que o senhor deve saber que agora até o Navio que traz o combustível, a ENCO tem que fretar. Portanto, esses concursos são lançados pela ENCO, cuja maior accionista é a SONANGOL. A SONANGOL está dentro do processo e autoriza os processos. Ninguém está aqui a enganar ninguém. E volto a dizer, eu fui agora dar uma vista de olhos ao *site* do Banco Central, os últimos dados referentes a Fevereiro de 2023, as reservas estão outra vez em 4.8. Subiram, em Dezembro, para 15, já estão a baixar para 4.8, em menos de uma semana. Volto a lançar o desafio aqui ao Sr. Primeiro-Ministro. Vocês têm mais duas ou três importações para fazer, eu quero ver, em Dezembro, como é que vão estar as reservas, porque não há voltas a dar. E se o senhor criticou que nós não compramos na SONANGOL, vocês/ENCO, já fizeram uma compra em Janeiro. Por que é que foram comprar na empresa do Rami e não compraram na SONANGOL, se vocês prometeram fazer diferente?

Uma voz do MLSTP/PSD: — Afinal!?

Aplausos do MLSTP/PSD.

Prometeram mudar, prometeram fazer diferente daquilo que nós supostamente estávamos a fazer errado, então, como é que a primeira importação vão tratar com a empresa do Rami e não compraram na SONANGOL? Deviam dar exemplo, fazer diferente.

Nesse sentido de fazer diferente, quanto à questão dos funcionários públicos, o Sr. Primeiro-Ministro disse, e disse muito bem, aumentou 14%, 2014-2018, 17%, 2018-2022, e neste momento o que é que estão a fazer, para estancar isto?

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Eu quero saber.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Quantos funcionários públicos novos não entraram na Administração Pública nesses 5 meses? Só no Banco Central, parece que foram 15, a contrato, sem concurso público. Portanto, vamos fazer diferente!

Obrigado.

Murmúrios.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Wando Castro.

Tem a palavra o Sr Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. e Srs. Deputados, Membros do Governo, boa tarde.

Se eu fosse um primeiro-ministro que deixou o poder, porque o povo o afastou do poder, para colocar um repetente, eu deveria sentir «*mazé*» vergonha...

Murmúrios.

Porque se o povo fosse buscar uma outra pessoa, tudo bem. Agora, o pior é que o povo tirou alguém que é Primeiro-Ministro pela primeira vez para ir buscar um repetente. Acho que a pessoa em si deveria sentir «mazé» vergonha.

Aplausos do ADI.

Eu volto a dizer, se o povo tirou do poder alguém que é Primeiro-Ministro pela primeira vez, nunca tinha sido antes, não tinha aquele privilégio, foi buscar alguém que já foi Primeiro-Ministro, um repetente, a pessoa devia sentir vergonha.

Nós estamos a discutir o estado da Nação. Estamos a discutir e estamos a pôr a nú aquilo que o actual Governo, chefiado pelo Dr. Patrice Emery Trovoada, encontrou. Alguém fazia referência a que nós temos que trazer soluções. Eu vou dar um exemplo, não precisamos dar muitos. Vocês empregaram cerca de 920, aproximadamente, professores, que depois chamaram professores de COVID. Durante a campanha, disseram que o Governo do ADI, assim que tomasse posse, se ganhasse, iria desempregar todos.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Solução!

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — E o ADI, ao contrário, encontrou esses professores sem salários, sem serem enquadrados nem nada. O Governo do ADI fez o quê? Encontrou solução. Começou a pagar salários a esses professores, ao contrário do que vocês disseram. Disseram que iríamos mandá-los ao desemprego, mas nós fizemos o contrário. Passamos a encontrar solução, neste caso, pagamos salários às pessoas e vamos trabalhar no sentido de enquadrar e dar preparação a esses professores, que não são culpados, porque colocaram muitos deles sem formação pedagógica, e nós vamos trabalhar na perspectiva de dar formação a esses mesmos quadros são-tomenses, professores, para poderem exercer melhor a sua função de docência.

Relativamente a infra-estruturas escolares, é uma lástima. Em 2014-2018, construímos mais de trezentas e tal salas de aulas, se eu não estou no erro, e vocês construíram apenas 41 salas de aulas. Nós construímos 138 salas de aulas, vocês construíram 41. Quer dizer, há coisas que não têm comparação. A nível de infra-estruturas, em termos de protecção, nós temos grande parte das escolas hoje completamente degradadas. Porquê? Porque não houve acompanhamento por parte do Governo, por parte do Ministério da Educação, para fazer manutenção das infra-estruturas escolares.

Vocês lançaram algumas obras com pompas e circunstâncias, o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Jorge Bom Jesus, lembro-me bem, com *Bulawé*, com Puita, com Danço Congo, com Dêxa, e por aí fora. Exemplo, estrada de Madre Deus a Almeirim. E disseram, nós tínhamos lá também pessoas, «essa estrada tem garantia de financiamento e tudo»...

Vozes do ADI: — É mentira!

Eu não quero dizer que era mentira!

Risos do ADI.

Não é bom chamar de mentiroso às pessoas. Mas o senhor já sabe mais ou menos o quê.

O senhor lançou uma estrada de 18 km, de Ribeira Peixe a Porto Alegre, disse que já tinha financiamento, com pompa e circunstância, vamos ver, nada! Não tem financiamento.

A nossa colega Deputada Beatriz segue muito bem isso, foi lançado o Liceu de Caué. Não sei, acho que o Governo poderá explicar-nos a situação do Liceu Caué. Também não tem financiamento. Quer dizer, eu acho que andaram a enganar as pessoas. Eu acho que os números são tantos, eu não tenho cá todos, mas se o Governo tiver tempo, quem sabe, poderá anotar os números daquilo que vocês lançaram, convencendo a população que iriam fazer. Porquê? Porque estávamos em plena campanha.

É apenas isso que eu gostaria de dizer para começar.

O eixo de governação do anterior governo foi «crescimento económico robusto» e, 4 anos depois, por acaso, vimos crescimento económico robusto.

Propalaram a questão do Projecto *Bámu Ximiá Pá Non Bê Kuá Kumé*, o próprio ex-Primeiro-Ministro, Jorge Bom Jesus, é que foi o rosto daquele projecto, daquela campanha. Passado todo esse tempo, *non na ximiá fá, non na kumé fá ê. Nón na bê nadaxi fá»*.

Aplausos do ADI.

Muito Obrigado pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José António Miguel.
Tem a palavra o Sr. Deputado João Batista.

O Sr. **João Leonardo Batista** (MCI-PS/PUN): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Eu por acaso tinha noção de que o País está mal, mas não em números. E agora, ouvindo aqui a sua intervenção, com números, até que o coração vai querer parar.

O que queremos, nós da Bancada do MCI/PS-PUN, é que medidas sejam tomadas, porque o País não pode continuar com as pessoas nas direcções, delapidando os bens públicos e ficar impunes. Medidas têm que ser tomadas! O povo está cansado disto!

Falou-se aqui da EMAE, não é possível um coitado que se sacrifica para pagar energia e ter a energia em condições, para estarem aqui na direcção da EMAE a delapidar tantos milhões de dobras. Isso é vergonhoso para um país. Até onde vamos parar com isso?

O senhor disse e bem aqui que está tranquilo e que vai conseguir a solução. O que eu também peço a todos, vamos debruçar-nos na solução para o desenvolvimento do nosso país, porque a população está cansada.

Falou-se aqui de empresas públicas: EMAE, ENASA, ENAPORT. Só escândalos financeiros. Até quando vamos continuar nisso? A ninguém é atribuído responsabilidade. A culpa continua sempre a morrer solteira neste país e nós continuamos aqui como se fosse que nada se passa. Fala-se, fala-se e não há responsabilização.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, nós da Bancada do MCI/PS-PUN, como já dissemos, estamos aqui em defesa das pessoas que realmente precisam. Vamos defender, sim, todos os projectos deste Governo, para a melhoria e bem das pessoas. O senhor pode contar connosco. Vamos defender sim, mas também estaremos aqui, Sr. Primeiro-Ministro, a chamar-lhe à responsabilidade, se o senhor não tomar medidas, seja com quem for, mesmo com pessoas das suas direcções. Porque nós temos que acabar com isso. Nós não podemos estar num país em que um governo entra e cada um faz o que quer, sai, deixa o País afundado, e as coisas continuam na mesma situação. Até quando, São Tomé e Príncipe sai disto?

Além disso que o senhor falou aqui, eu não o ouvi falar da questão alimentar, que é uma das questões também que ouvimos falar, e que é preciso ir ao fundo. Aquilo que se fez com a extracção abusiva de areia, degradando as praias, os terrenos, eu quero saber do Sr. Primeiro-Ministro se já foi ao fundo da questão.

O Sr. Primeiro-Ministro falou aqui também de passaportes diplomáticos, mas não falou de passaportes de serviço, que muitos foram vendidos. Tem que chamar à responsabilidade as pessoas. Nós não podemos estar num país onde cada um comete crimes e fica ilibado, fica na rua como que nada se tivesse passado. Não pode ser. O povo está a passar miséria. Milhões, milhões e milhões foram extraviados. O dinheiro que podia resolver vários problemas do País, vários problemas de pessoas que precisam foi dilapidado. Isto não pode continuar assim. E é por isso que o Sr. Primeiro-Ministro falou em começo, e espero que o senhor tenha solução para o começo do País e que a partir deste momento esse começo seja feito com transparência, com dever cumprido de cada cidadão e de cada dirigente, para não se dar mais cabo do País. O País precisa de ser recuperado. E para isso tem que haver transparência nas coisas publicas.

Portanto, esta é a minha intervenção. Se tiver mais, passarei.

Obrigado.

Aplausos do MCI-PS/PUN.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abinildo d' Oliveira.

O Sr. **Abinildo d' Oliveira** (ADI): — *N' gá flé ni santomé. Chi á na mendo modê mu cadela fá, unté ná cá mendo modê n' guê lichi fá. lá nancê, iá nancê!*

Na minha intervenção, depois de ter escutado o Sr. Deputado ex-Primeiro-Ministro, o professor Jorge Bom Jesus, porque é o estado da Nação depois do governo que ele liderou, eu questionei. Tenho esta oportunidade. Eu não questionei o Sr. Deputado Wuando Castro. Então, estou à espera da resposta do Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

Agora, isto que o Sr. Deputado Wuando veio fazer, dizer à Nação que eu fui administrador da ENCO, sim, não é algo muito escondido. Agora, eu não sei se o senhor o fez para me engradecer ou para me diminuir, mas o senhor é que sabe. O facto é que, em primeiro lugar, o governo do Sr. Prof. Jorge Lopes Bom Jesus andou a mentir, andou a enganar, andou a destruir, andou a prender, andou a desmotivar, andou a desmandar, andou a desconcertar e andou a dizimar o País, levando-nos ao fundo. A verdade, meus senhores, é que o País está no fundo.

E quando o Sr. Deputado Wuando vem aqui falar da questão da ENCO, de importação, primeiro, é que o senhor tentou justificar uma questão, admitindo o seu erro, que os camaradas de São Tomé passaram perna aos camaradas de Angola. E é verdade. Hoje, o que é que acontece? Estou a assumir o que estou a dizer. Angola, pelas boas relações que tem connosco, podia dar-nos combustível fiado até hoje. Mas não nos dá combustível fiado, porquê? Porque os camaradas, em vez de comparar 2/3 à SONANGOL/Angola, foram comprar noutro lugar, quando devem à SONANGOL. É isto aqui que é a essência da irresponsabilidade, do sentido de Estado que faltou da vossa parte. Se eu devo a alguém dinheiro e tenho a oportunidade de comprar produto nas mãos dessa pessoa, como é eu vou comprar nas mãos de outra pessoa? É desonestidade, nem vou dizer intelectual, é desonestidade política.

É essa explicação que estou à espera do ex-Primeiro-Ministro Jorge Bom Jesus, mas de forma tranquila. Eu também estou tranquilo, como o Sr. Primeiro-Ministro, não naquele levantar de vozes, porque também não é o meu feitio.

Sobre a questão do *Bamu Ximia Pá Non Bê Kuá Cumé*, as minhas mãos hoje têm poucos calos, mas elas já tiveram muitos calos de tanto pegar na enxada e na picareta. Nós todos que crescemos no mato sabemos que o processo de produção da matabala branca leva pelo menos 6 meses. Se formos à Terra Batata, até 5 meses temos matabala de qualidade.

Sr. Deputado, tanto *chow* que os senhores fizeram com o *Projecto Bamu Ximia Pá Nom Bê Kuá Cumé*, para hoje não se ver nada!? Em 6 meses a matabala dá. Com tanto dinheiro que se falou que o *Projecto Bamu Ximiá Pá Non Bê Kuá Cumé* tinha!? Por essa razão, hoje a inflacção é o que é, os produtos locais hoje estão no preço em que estão!

Portanto, o *Projecto Bamu Ximiá Pá Non Bê Kuá Cumé*, em São Tomé e Príncipe, foi um projecto fracassado, apenas um projecto para se comer dinheiro.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Edmilson das Neves.

O Sr. **Edmilson das Neves** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, bom dia.

Bem, eu acompanhei a radiografia do País, feita pelo Sr. Primeiro-Ministro nas suas duas intervenções e acompanhei também aquilo foi o discurso do ex-Primeiro-Ministro Jorge Bom Jesus e outros Deputados do MLSTP/PSD. O Sr. Primeiro-Ministro fala de 2018 com dados e fala daquilo que os senhores deixaram em 2022 e depois os Deputados do MLSTP/PSD vêm falar de 2014, antes do Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Patrice Trovada, assumir as funções, a sensação com que eu fiquei é que eu gostaria é que os senhores falassem aqui neste púlpito de determinadas áreas que nós, em 2014, encontramos da maneira como encontramos, mal, e que nós melhoramos de 2014 para 2018. Agora, de 2018, aquilo que fizemos para o País, que todo povo viu, sabe as melhorias que implementamos e em 2022, quando os senhores saíram do poder, nós vimos aquilo que fizeram. E depois vêm fazer esse *chow of*, que não diz nada às pessoas, e não conseguem pelo menos pedir desculpas ao povo de São Tomé e Príncipe. Não havia necessidade para chegarmos à situação em que nos encontramos agora. É de lamentar!

Como o País não é só pontes e estradas, eu gostaria de trazer aqui a área de empreendedorismo, portanto, os fundos que foram colocados pelo PNUD e outros parceiros para o empreendedorismo jovem, que os senhores tinham que gerir, mas foram dando subvenções e créditos aos amigos, aos primos, aos irmãos. Temos a lista das pessoas e eu só não digo aqui o nome das pessoas por uma questão de ética. Não ficaria bem. Mas esses fundos o governo anterior poderia utilizar para melhorar a vida da juventude. Não o fizeram, deram aos jovens da elite. Hoje, outros compraram casas em Portugal. Se esses fundos fossem dados de facto a pessoas que têm ideias, aos jovens que necessitam, hoje nós não teríamos essa

situação de 78% de jovens a querer sair do País. E deixem-me dizer-vos mais uma coisa, vocês motivaram muitos jovens a saírem do País, porque começaram a atribuir passaportes de serviço. Nunca na história do País se tinha encontrado passaportes de serviço num caixote de lixo, em Portugal. Caso os senhores não sabem, chegaram a nós notícias de que foram encontrado passaportes de serviço de São Tomé e Príncipe num caixote de lixo em Portugal.

Sr. Primeiro-Ministro, eu gostaria de felicitá-lo pela elevação que trouxe para o debate, porque acho que devemos julgar os ministros pelos resultados das políticas que realizaram, dar mérito aos partidos políticos pelas ideias que defendem, e nós aqui no Parlamento devemos confrontar-nos com ideias.

Hoje temos a situação que temos, pelo menos a juventude queria ver da parte dos senhores a pré-disposição em ajudar o Governo a ultrapassar esses problemas que os senhores contribuíram para que houvesse no País. Mas não, os senhores vêm formar a primeira tática política, vir aqui tentar inverter os dados, porque temos os dados.

A situação da EMAE, a falha de energia que temos é porque os senhores andaram na EMAE a fazer muitas trapalhadas. Temos que ser sinceros e as pessoas têm que vir aqui assumir isso.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, por enquanto é o que tenho a dizer. Se houver necessidade, intervirei de novo.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, eu sou jovem, mas já não sou tão jovem assim, e fiquei com a percepção de que de facto, nos últimos 4 anos, houve um autêntico banquete. Eu, na política, não tenho inimigos, acho que sou muito novo para coleccionar inimigos.

Na sua radiografia, há duas expressões que me inquietam. Vou ser muito preciso, referindo-me sobretudo à questão dos fundos alocados à COVID-19. Falou-se aqui de uma cifra aproximada de 30 milhões de euros. O que é que 30 milhões de euros não poderia fazer, se fossem bem usados, bem alocados ao nosso Sistema Nacional de Saúde? Será que hoje as pessoas que têm que ter a responsabilidade, porque foram governantes naquela altura, vão para a cama e têm um sonho tranquilo? É essa pergunta que deixo.

Segundo informações, com esse dinheiro não se fez a manutenção nas chamadas fábricas de oxigénio, tanto em São Tomé como na Região Autónoma do Príncipe. Lembro-me de que, na anterior legislatura, essa questão foi muito aflorada aqui pelo meu partido e o Sr. Primeiro-Ministro de então, o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus, falou de muitos inquéritos que a anterior governação levantou, mas que nunca concluíram, sobre os fundos. Deviam fazer uma auditoria ou uma inspecção, mas até hoje não se sabe o que é que foi feito desses fundos.

Uma outra preocupação é a situação da empresa pública, se calhar depois da EMAE, com maior responsabilidade, a empresa que tem que ser tratada da melhor forma. Estou a referir-me à ENAPORT. Já a terminar a legislatura, numa espécie de um golpe final, o meu amigo, eu o considero amigo, o Eng.º Osvaldo Abreu, fez uma espécie de golpe de mestre com a Safebond, um *bilá cabá*. Mas antes de entregar a empresa à Safebond, esta foi toda delapidada. Há documentos que me chegaram às mãos, que a anterior direcção, salvo erro, o responsável administrativo e financeiro, num mês, eu não sei quantos cheques emitiu, para se pagar, se calhar, despesas de empresas fantasmas.

Sr. Primeiro Ministro e o Governo do ADI, como eu disse e bem, não quero coleccionar inimigos. Em 2019, depois do debate do estado da Nação, o anterior governo pôs em marcha um autêntico plano de privação de liberdade a muitos elementos do ADI, outros que não executaram. Refiro-me ao Srs. Américo Ramos, Mário Sousa e o actual presidente, que não foi preso por um triz, porque havia uma lista que estava a rolar, de cerca de 10 a 12 companheiros meus. Eu não quero isso. Nós não vamos fazer isso. Não contem comigo para isso, mas há coisas que têm que ser feitas. Os senhores que no início, com pompa e circunstância, apresentaram a declaração de rendimento, deviam tê-lo feito também ao sair. Eu sou da cidade, e todos nós sabemos a quantidade de casas de ponta que foram abertas, nomeadamente em Portugal. Portanto, acho que isso já tem que passar para o fórum o judicial. Mas, como disse aqui o Sr. Deputado João, temos que dar um sinal. É demais!

Já que alguém falou de 75, então, o banquete se calhar começou em 75, mas tem que terminar. Hoje, sou da geração de 80, já tenho 40 anos de idade, o que é que vou dizer aos meus filhos? Nós temos um país arrasado. É que altos dignatários do Estado fazem negócios consigo mesmo. Eu volto a dizer, cada um que assuma as suas responsabilidades!

O Sr. Primeiro-Ministro disse que ataca alguns. Eu concordo, mas mesmo se algum companheiro meu falhar, Sr. Primeiro-Ministro, da minha parte, tem que comer, porque é demais.

Eu espero bem que este debate continue neste clima, porque acho que estamos serenos e tranquilos.

Se houver mais oportunidade, voltarei.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lourenço Freitas.

O Sr. **Lourenço Freitas** (ADI): — Antes de começar, gostaria de saudar a Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Nacional, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco governamental, todos os Deputados e os nossos bravos técnicos que, embora com deficiências, têm conseguido fazer um esforço e milagre, para termos a nossa comunicação social em directo.

Meus senhores e minhas senhoras, o passado deve ser passado para trás, para que juntos possamos reflectir o presente e construir um São Tomé e Príncipe melhor.

Falando disso, eu vou começar a falar de amor. O primeiro mandamento de Deus é: «Amarás o Senhor teu Deus acima de todas as coisas, com toda a tua força e com todo o teu entendimento». O segundo mandamento diz: «Amarás o teu próximo como a ti mesmo». Porque é que eu falo de amor? Porque tenho visto, pelos dados que o Sr. Primeiro-Ministro apresentou, que são dados palpáveis de que o País foi governado sem amor. Quando temos um líder cujo amor foi seco no seu curacão, ele já não olha para o próximo como a si mesmo. Eis a razão por que delapidaram o País, fazendo uma governação de familiarismo e compadres.

Meus senhores, Sr. ex-Primeiro-Ministro Jorge Lopes, desculpe-me por não o chamar de Bom Jesus, porque o senhor não merece ser apelidado de Bom Jesus.

Aplausos e risos do ADI.

Há uma grande responsabilidade dos nossos pais, no momento em que nos atribuem o nome. E o Sr. Jorge Lopes não foi capaz de honrar os seus pais, pelo nome com tamanha responsabilidade, em todo universe, que recebeu. Bom Jesus é um nome de muita responsabilidade e não pode ser atribuído a uma pessoa que não tem amor no coração.

Sr. Jorge Lopes, eu gostaria de perguntá-lo o que se passou com o senhor. Sendo uma pessoa da Educação, em quem o povo teve uma certa esperança, quando subiu a Primeiro-Ministro, o povo via em si alguém de boa-fé, que pudesse realmente fazer alguma coisa por este povo, que tanto precisa, mas não. Quando o senhor chegou, fez negócio consigo mesmo, com os seus familiares e os compadres, e deixou o País na situação em que está.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Não matou pessoas.

O Sr. **Lourenço Freitas** (ADI): — Matar pessoas, meu caro? Existe muitas formas de matar. Vamos falar já de matar.

Em 2021, o governo cessante tinha recomendado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros um plano de redimensionamento das nossas representações diplomáticas, com um propósito, e isso chegou até ao Conselho de Ministros, mas nada foi feito. E nada foi feito ao ponto de os nossos representantes diplomáticos passarem maiores humilhações nos países onde estavam destacados, com corte de energia e outras coisas, pondo São Tomé e Príncipe numa vergonha total, alguns dos quais tiveram que pagar a passagem por seu próprio bolso, para regressarem ao País com a sua família, porque não dava para continuar.

Sr. Jorge Lopes, eu precisava que o senhor viesse aqui responder por que é que não foi feito nada pelos nossos consulados.

Também, em 2020, tivemos uma situação nas nossas embaixadas, problemas seríssimos. O governo cessante transferiu 4 meses de salários das nossas embaixadas para dívidas públicas. Pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro, alguém que vive no exterior, com 4 meses de salário cancelado, tem filhos na escola, mulher, saúde, alimentação, como é que havia de viver? Sem falar de que alguns chegam a ter dívida com o Banco, para melhorar a sua maneira de viver. Como é que haviam de honrar os seus compromissos? Esse é um acto criminoso. O Senhor Jorge Lopes é um grande criminoso deste povo e desta Nação...

Risos e aplausos do ADI.

... e eu exorto o Tribunal de Contas e o Ministério Público a fazerem o seu trabalho. Não podemos continuar com impunidade. Quando o senhor veio cá à frente, faltou-lhe um pouquinho de humildade. Veio de ombros levantados e não conseguiu responder a absolutamente nada daquilo que o povo espera. O Sr. Jorge Lopes tem muito que explicar a esta Nação, da sua anterior governação, que lesou profundamente o povo, deixando-o em extrema miséria.

Sr. Jorge Lopes, o que é do senhor está guardado,...

Risos do ADI.

... porque Deus fará justiça para com o senhor e com todos os outros que delapidaram o erário público. Deus fará justiça, mas antes mesmo o Ministério Público e o Tribunal de Contas vão ter que fazer também a sua parte.

Obrigado por este momento.

Peço que Deus, nosso Senhor, resplandeça o seu maravilhoso rosto e abençoe São Tomé e Príncipe, em nome de Jesus.

Risos e aplausos do ADI.

Murmúrios.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Falar o nome de Deus em vão é pecado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Lourenço Freitas. Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino Veiga, para uma intervenção.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Chamar alguém criminoso é uma falta de respeito.

Murmúrios.

O Sr. **Jozino Veiga** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Colegas Deputados e Deputadas, bom dia.

Hoje...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

O Sr. **Oswaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Chamar alguém de mentiroso e a senhora não faz nada?!

A Sra. **Presidente:** — Vamos continuar com o nível a que vínhamos. Só continuaremos a prestar um bom papel, se continuarmos com a mesma elevação.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Quem matou está aqui. Os assassinos estão cá.

A Sra. **Presidente:** — Assim que houver silêncio, o Sr. Deputado poderá continuar. Neste ruído, não vai dar.

Sr. Deputado, tenha calma! Quando houver silêncio na Sala, poderá fazer a sua intervenção.

Uma voz: — Entramos num quadro de promiscuidade política.

A Sra. **Filomena Monteiro:** — Pastor demónio, criminoso.

Protestos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente:** — Cada deputado eleito, à partida, é maior de idade. Cada um é responsável pelos seus actos. É verdade que às vezes exageramos um bocadinho, às vezes extrapolamos, por emoção. Realmente, peço aos posteriores intervenientes...

Uma voz do MLSTP/PSD: — Agora? Nem pensar!

Murmúrios.

A Sra. **Presidente:** — Dizia o Sr. Vice-Presidente que deveria haver, sim, resposta à defesa da honra, caso houvesse necessidade.

Na altura, eu disse que a intervenção do Sr. Deputado que interveio não feria, mas tendo em conta que o Deputado em causa, não sei,...

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Eu ia chamá-lo nomes piores, tinha que baixar de nível.

A Sra. **Presidente:** — Então, não vale a pena, não vai intervir.

Muito obrigada, Sr. Deputado Jorge Lopes Bom Jesus. Disse que não vai responder ao Sr. Deputado Lourenço Freitas. Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino.

Já não quer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Sra. Presidente, pedi a palavra para uma interpelação à Mesa, apenas para ajudar. Isso começou um bocado tenso, conseguimos equilibrar e as coisas estavam a correr, graças a Deus, muito bem. A intervenção do último Deputado, que é alguém até que eu admiro muito, quando faz as suas intervenções eu gosto de ouvir, honestamente gosto de ouvi-lo, é que não esteve bem.

Agora, o que eu queria pedir à Sra. Presidente...

Murmúrios do Sr. Deputado Afonso Varela.

Sr. Deputado Afonso Varela, por favor, não quero entrar neste nível de debate consigo. Não quero, não quero, porque, se eu entrar, o senhor vai agredir-me lá fora.

Murmúrios e aplausos do MLSTP/PSD.

Sra. Presidente, vou terminar já. Peça ao Sr. Deputado para me deixar terminar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Como vinha dizendo, quero pedir que a Mesa também ajude. Isto é, no momento em que o Sr. Deputado usou algumas palavras, a Mesa tinha que bater o martelo e pedir ao Deputado para se reorientar. Não o deixar falar, falar, falar, que depois deu no que deu. Por isso, peço à Mesa também para estar atenta a qualquer deputado, mesmo que seja Levy Nazaré. Quando entrar neste nível, em que a Sra. Presidente vê que está a estragar o seu trabalho, como dirigente dos trabalhos, tem que bater o martelo e pedir ao deputado para parar e direccionar a sua intervenção.

Isso acontece, e aconteceu agora no dia 25 de Abril, no Parlamento português. O Sr. Presidente bateu o martelo no momento e teve uma intervenção no momento para com o Deputado do CHEGA.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Muito bem.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré. Está anotada a sua contribuição. Tem a palavra o Sr. Deputado Eldimiro Manuel.

Murmúrios.

Não, foi um momento especial. Percebi, sim.

O Sr. **Eldimiro Manuel** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Jornalistas e Técnicos da Assembleia Nacional, Povo de São Tomé e Príncipe, saudações.

Faço uso da palavra, em primeiro lugar, para manifestar um pouco de desagrado pela situação que vejo a Sala, que não era de esperar, mas a euforia nos levou a ter tais comportamentos.

Eu quero fazer um apelo e depois também vos conduzir a uma reflexão.

Falou aqui, e muito bem, o Sr. Primeiro-Ministro, na sua explanação, que ouvi atentamente, e outras intervenções brilhantes vieram elucidar um pouco mais o meu entendimento.

Quero apelar a todos, sobretudo ao Sr. Primeiro-Ministro, para nós fazermos uma análise do que é o nosso São Tomé e Príncipe, desde a independência, fazermos uma equiparação com a realidade actual do País. E se também nós pararmos e analisarmos o nível de produção e exportação que anteriormente no nosso país tinha, actualmente não temos quase nada.

Eu quis anteriormente solicitar o Sr. Primeiro-Ministro com relação às reservas das divisas encontradas no Banco Central, mas por felicidade o senhor me antecedeu, respondendo que estava a vermelho. Isso esclareceu um pouco a minha dúvida.

Sobre as reclamações e as citações que pairaram por aí, eu quero apelar ao Sr. Primeiro-Ministro que chame à responsabilidade política e judicial a quem é de direito, sobretudo faço referência ao governo cessante. Se de facto nós estamos nesta situação de calamidade, deve ter alguém que é responsável por isso. Devemos chamar à responsabilidade a pessoa que é responsável pelos seus actos. Por que é que eu digo isso? Porque se formos ver, a escassez da divisa condiciona, de que maneira, que os nossos comerciantes consigam fazer a aquisição de produtos e outros bens necessários para abastecer o nosso país. Portanto, nesta óptica de ideia, é necessário que a realidade venha à tona, que cada um identifique o seu erro e junto ao Sr. Primeiro-Ministro consigam uma solução para o problema.

Nós da Bancada do MCI/PS-PUN queremos dizer ao Sr. Primeiro-Ministro e a todos que nos estão a ouvir agora, todo povo são-tomense que está a nos ver, que nós estamos disponíveis e o Sr. Primeiro-Ministro pode contar connosco, quando as decisões que estão a ser tomadas pelo senhor venham em benefício do povo de São Tomé e Príncipe e para a melhoria das condições de vida de todo o povo são-tomense. Mas também que fique sabendo que nós, como representantes do povo são-tomense, que nos elegeram, também estamos vigilantes e atentos, para fiscalizarmos todas as acções que o seu Governo realizará.

Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Eldimiro Manuel.

Tivemos uma ronda de 8 intervenções, não sei se o Governo querará intervir.

Se não, por enquanto, só temos a inscrição da Sra. Deputada Beatriz.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, Líder Parlamentar do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Tenho 3 minutos e 38 segundos.

Antes de mais, gostaria de cumprimentar a todos e a todas presentes aqui nesta Sala, o Povo de São Tomé e Príncipe, aqui e na diáspora, cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo.

Gostaria de negociar o tempo, porque nós sabemos que são tantas coisas. Não sei se o Partido ADI ou o Governo, quando os minutos do MCI/PS-PUN terminarem, podem conceder-nos...

A Sra. **Presidente**: — Vão conceder mais 5 minutos.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Ok, obrigada.

Ouvindo atentamente o que aconteceu aqui nesta Sala, gostaria de parabenizar, mais uma vez, o Governo, na pessoa de Sr. Primeiro-Ministro, pela apresentação aqui feita. As intervenções que foram aqui feitas ajudaram-nos a ver a situação real em que o nosso país se encontra. Sobre esta situação real em que o nosso país se encontra, eu gostaria de falar na língua angolar e na língua cabo-verdiana, porque o MCI/PS-PUN sempre defendeu e defenderá a vida das pessoas mais desfavorecidas deste país, ao longo desses 48 anos de independência. Falo das pessoas das praias e também das roças que, muitas vezes, por falta de comunicação, nem têm acompanhado o que aqui acontece.

Anguéné: *N'mecê fá turu nguê, turu, turu, turu nguê: n'golá, tandê, zêntxi, kijika fô na la lola ante Prixpi. A nen nguea, tia nón na sa buaru fá. Tia nón na sa buaru wá, a nem nguea. A nem nguê xi cu tinha unwa patumé unwa diá, a nén na tu tê fô. Cuá sá mali fogá fô. Kwa sá diju, ngá flé um lunguá ngolá, kwa sá diju fogá wá.selá nón, tu nón, zuntá, pá tia nón xi ki sái nguê xiê di chituaçon xi má nón sá nê. Punda nón ná cá pô cunxintxi quaranquênu cá sá aji cuá mê ê mecê jitu lelu povô, pá nén cá sá angué mó nguê ná andji niwa cuá wá. Nón ná cá pô cunxintxi a nén cué wá. I nón sá angué pá nón zurá povô Santomé qui Prixpi, pá Justiça nón funcioná, pá nguêxi cu cá aji mali lentlu tia sé, selá nén pagá mali xié. A nén ná cá pô bé qui mora quaxi má nén cá bé cué quarenta ôto anu, ané ké ê, sá motxi flogá wá. Nguê qui tê quarenta ôto anu anu xié, ané sá jiná zá ô. Ané tê netu, ané sá mama, ané sá papa, ané tê ná, ané tut ê netu, ané sá jiná. I ola má nguê sá jiná, selá nón piá nén nguê xi má nón tê mé má nón. Punda nón ná cá pô legá ané ji cuá má ná mecê wá.*

Criolo cabo-verdiano:

Povo de São Tomé e Príncipe, fiju di cabo-verdiano, fiju di muçambicanu, fiju d'angular, fiju di fôru, fiju di tudu raça qui tá li dentru di santomé, nu tem qui djunta. Nu tem qui djuntá pamodi cuça cá sá sabi. Nu tem qui djunta pá nun fasi Justiça funciona dentru di Santomé e Príncipe. Justiça ná cá podi stá só naqueli mas piqueno, não. Quem qui cume dinheiro di stadu, nu tem qui exige Governu di Patrice Trovoadu, stá na poder. Povo dal trinta deputado li na Assembleia Nacional. Trinta deputado. Tá fladu má maioria di população di Santomé e Príncipe vota nel. Dá diretu pa el leba quell pais pá frente. Ê cá pá el leba pais pá traz não, pá frente. I pá el leba pais pá frente, el tá precisá di tudu nós. Tudu nós fiju, seja lá intiadu, seja lá quem for, tudu nós tem qui djunta pá nós juda Governu fasi com qui Justiça tá funciona dentro di Santomé e Príncipe. Nu tem vergonha! Muitu di nós qui ola que tá bai pá otro pais tá scondi su nacionalidade santomense. Nu cá quer pá santomense tem vergonho di su nacionalidade, di su origem, não.

Sr. Primeiro-Ministro, falo agora em português, e um português terra a terra. Não é o português dos sábios, porque muitos dos nossos ditos sábios têm levado este país para onde todos nós sabemos que está, com um monte de doutores, com um monte de engenheiros, um monte de coisas, mas a situação cada vez está a complicar.

Sr. Primeiro-Ministro, tivemos uma delegação em Libreville e fomos surpreendidos com uma falta de envio de verba para a Embaixada de São Tomé e Príncipe, em Libreville, 40 meses. Eu aqui, na qualidade de Deputada da Nação, quero exigir ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Srs. Membros do Governo que façam visitas, viajem, vão fazer trabalhos que engradeçam o País. Vão fazer visitas em todas as Embaixadas de São Tomé e Príncipe no estrangeiro, para verem como está a passar a nossa população são-tomense. Porque população são-tomense não somos só nós que estamos aqui em São Tomé e Príncipe.

Eu quero aqui dizer ao Sr. Primeiro-Ministro, faça um levantamento, para nos brindar nas próximas reuniões plenárias, de quantos passaportes de serviço foram vendidos a nível das Câmaras Distritais, se for possível também, a nível da Região Autónoma do Príncipe. Sabemos quantos passaportes saíram, e em que condições foram entregues. Queremos saber, com provas e números, quantos. Porque nós não podemos estar neste país de faz de conta. Alguém, do nada, vende passaportes. Em que País estamos? E como é que esse passaporte foi feito? Quem autorizou? Tudo isso tem que ser responsabilizado, minha gente! Nós não podemos tomar o bom nome de São Tomé e Príncipe e expor lá fora. Dantes São Tomé e Príncipe era modelo, não só a nível de democracia, mesmo em termos de corrupção. Hoje, se vão medir a corrupção em São Tomé e Príncipe, em que percentagem São Tomé e Príncipe se encontra? Em que condições? Qual é o número?

Sr. Primeiro-Ministro, como disseram os meus colegas Deputados, nós vamos estar aqui em São Tomé, e eu sei também, como temos o Deputado do Príncipe, vamos estar na Região Autónoma do Príncipe, para ver como é que o senhor vai trabalhar. E se o senhor trabalhar com transparência, como disse o meu colega, se o senhor ajudar o Governo e os Tribunais a fazer com que a justiça seja feita, pode contar connosco. Porque já estamos cansamos de estar a ver este País adiado. Nós não podemos suportar mais

ver pessoas a abandonarem São Tomé e Príncipe, em busca de melhores condições de vida. Nós não podemos aceitar que as pessoas continuem a sofrer, sem esperança, sem refeição condigna, sem medicamentos, as pessoas a percorrerem quilómetros, quilómetros em busca de serviços de Saúde. São tantas coisas e nós não iremos ficar calados. Vamos estar atentos.

E gostaria aqui de fazer um apelo, mais uma vez, à Sra. Ministra da Justiça, que a justiça não seja muda, não seja surda e nem seja cega. Faça! Seja lá quem for, publique, chame atenção, faça com que as pessoas que cometam erros paguem pelos seus erros.

Muito obrigada.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Permitam-me, antes de mais, cumprimentar a todos, respeitando a devida precedência protocolar.

Não posso queimar muito tempo, não tenho muito tempo, daí que, ainda neste âmbito, gostaria de pedir, exceptuando a Bancada do MCI/PS-PUN, a todas as outras bancadas, caso exceder o tempo, que queiram facultar-me algum tempo, para eu terminar o meu raciocínio, agradecia. Caso não, retiro-me e sento-me no meu devido lugar. Agora sim, o tempo.

Imaginemos que um estrangeiro que nunca conheceu São Tomé e Príncipe decida visitar-nos e, antes de vir, vai ler a história de São Tomé e Príncipe, desde 1975. Os governos, os sucessivos governos, a alternância democrática que surgiu depois de 1991, e uma democracia vibrante nesse aspecto de alternância. Chegando aqui, olhando o País e dando uma volta na nossa cidade e pelos nossos lúchãs, pelos nossos distritos, o que é que ele vai ver? E a pergunta que de certeza virá é: quem é melhor do que o outro? Tendo as alternâncias democráticas que este País já teve, quem fez mais ou menos do que o outro? E se fez, qual é o resultado do que ele vê? O que ele pergunta? O que ele fala à população? Quem é mais perfeito do que o outro, tendo em conta a nossa história democrática? Como o meu amigo Kalú Mendes cantou, vou sempre citar o Kalú Mendes aqui, se bem que às vezes ele não gosta, mas é por bem: «quem está isento desta responsabilidade?»

Agora, qual é a solução? Quem prestou atenção nas minhas intervenções, nos últimos quatro anos e meio neste país e neste Parlamento, particularmente, eu dizia, e continuo a dizer, que eu estou num processo evolutivo. Essas intervenções, para muitos, entraram e saíram, mas lá está um conjunto de elementos que eu dei, para nos sentarmos, vermos o País e encontrarmos uma solução. Ninguém terá varinha mágica. Vamos continuar assim daqui a 4 anos. Uns fizeram mais, uns fizeram menos, com certeza. Cada um tira o seu louro. Aquilo que eu fiz, aquilo que você não fez, e o povo está nos escutando. Mas vamos resolver o problema deste povo, deste País, daqui há 4, 8, 12, assim como estamos? Eu, Levy, não acredito e eu tenho a certeza de que, como nós estamos, muita gente em São Tomé e Príncipe também já não acredita. Mas nós não podemos perder a esperança no nosso próprio País. Nós somos são-tomenses, não podemos, independentemente da bancada.

Nós não podemos construir um país – todos nós, pois, ouvindo as intervenções das pessoas, eu falo para todos – com ódio, com rancor, com mágoa, com revanche, com perseguições, para todos, e isso não estou a falar agora. Quem me escutou, eu também falei na legislatura passada. Quando prenderam o Américo, eu, Levy, falei no púlpito. Eu disse, será este o País que nós queremos? Está tudo gravado, os Serviços podem ir buscar tudo o que eu falei.

Nelson Mandela disse: «As mentes com ódio destroem um país. As mentes com amor constroem um país ou uma nação». É preciso sentarmos todos. Mais uma vez, eu falei com o saudoso Evaristo Carvalho, ainda Presidente da República, eu falei ainda com o actual Presidente da República, porque eu acho que essas individualidades, pelas funções que desempenham, têm a possibilidade de dar a volta a isso, pondo toda gente a sentar, para nós discutirmos friamente o nosso país. Se não é mentira, estamos a enganar o povo.

Daí que, para terminar, porque não tenho muito tempo, mas gostaria de dar a minha contribuição, já que pediram a minha contribuição, eu gostaria de dar muito mais contribuições, e tenho para dar, talvez vou dando durante a Legislatura, se tiver vida até lá e se me permitirem chegar até lá.

A contribuição para hoje é sobre um trabalho que nós fizemos aqui nesta Casa Parlamentar. Eu digo nós, todas as Sras. e os Srs. Deputados que participaram nesse trabalho, que durou quase 3 meses ou mais, um trabalho intenso, em que estiveram presentes Magistrados do Ministério Público e Sras. e Srs. Magistrados da Magistratura Judicial, Técnicos da Agricultura, Ordem dos Advogados, Comando-Geral da Polícia Nacional, um agradecimento especial a todos os Comissários que estiveram dias e dias a fios nesse trabalho, aqui nesta Casa Parlamentar, para nós encontrarmos... já terminou o meu tempo. Alguém me pode dar 2 minutos, para eu terminar o raciocínio?

Obrigado.

Os Srs. Comissários da Polícia que estiveram connosco dias a fios, a trabalhar sobre um projecto, para resolver um problema concreto que é da Agricultura e Pecuária. Mas que trabalho brilhante nós fizemos! Todos participamos, houve contribuição de todas as partes, eu não vou individualizar o nome de todos os Comissários, mas todos eles com preocupação sobre o estado dos roubos e furtos, e o Ministério Público também. E nós vimos, estamos a ver nas redes sociais o que aconteceu em Lembá. Aquele projecto era para evitar exactamente o que aconteceu. Era para incentivar o trabalho, a produção, a produtividade. Era para as pessoas terem o gosto de plantar.

Uma das Magistradas do Ministério Público até nos ajudou a encontrar uma solução para ultrapassarmos a questão da inconstitucionalidade. Foi um trabalho de meses.

Obrigado também os Técnicos da Assembleia, que acompanharam isso. Mas quando chega o momento...

Eu termino já, Sra. Presidente.

Quando chega o momento, aprovamos aqui na Casa Parlamentar, o Projecto foi chumbado na Presidência da República, foi vetado por Sua Excelência o Presidente da República. Eu quero pedir à Bancada maioritária, hoje, ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Governo, vão buscar esse trabalho. Se for para melhorar, se acham que não está muito bem, melhorem-no, mas vamos lançar esse trabalho, porque seria uma contribuição também para erradicarmos a pobreza em São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, eu começaria, primeiro, pelo Deputado Pastor, não sei se é de Deus ou de diabo. Eu gostava de devolver-lhe o adjectivo que utilizou, portanto, criminoso. Eu acho que lhe fica bem, está feito à sua medida, é um pronto-a-vestir para si.

Eu gostava de chamar a atenção, porque penso que há uma estratégia no sentido de, ao invés de a Assembleia Nacional legislar, quererem julgar o anterior governo e quererem encontrar um bode expiatório, Jorge Bom Jesus, que por sinal, em 2018, fez com que o Primeiro-Ministro de altura fugisse de São Tomé e Príncipe e nunca cá pôs os pés durante 4 anos,...

Murmúrios do ADI.

...não obstante a morte e o enterro do ex-Presidente Evaristo e do Diogo Baluba, não pôs aqui os pés.

Eu queria aqui dizer que...

Murmúrios do ADI.

...há coisas mal explicadas, mas não cabe a mim julgar. Há separação de poderes, há os Tribunais, e não sou...

A propósito disso, há um problema, digamos, mal resolvido, que é o tal problema dos 30 milhões, sim, em que 10 milhões se justificou, através de uma folhinha de papel, mas os 20 milhões estão por explicar, e o Primeiro-Ministro está cá, conhece os dossiês, é uma oportunidade para nos explicar, já que se está a fazer o estado da Nação.

Mas eu quero vos dizer que nós estamos a julgar sobretudo a Legislatura de finais de 2018/2022. Curiosamente, o governo anterior, nos 14 dias subsequentes, depois de ter tomado posse, realizou o estado da Nação. Precisamente para analisar o que tinha encontrado, o País que tinha encontrado. Este Governo faz esse exercício 5 meses depois.

A erosão das reservas líquidas externas, eu saí, deixei o governo desde o dia 11 de Novembro e, na altura, não acredito e vamos ter que analisar e compulsar os dados, fala-se de 14 milhões na altura. Eu pergunto, ainda hoje, no dia de hoje, qual é a reserva actual do Banco Central? Que os técnicos verifiquem as reservas líquidas externas, hoje. Os 15 milhões de Portugal, possivelmente já não existem.

Portanto, nós estamos a falar, eu volto a frisar, de um período excepcional, em que se teve que tomar medidas extremamente difíceis, e era muito fácil para o senhor que estava lá fora a assistir o filme. Durante 90 dias, nós tivemos que adoptar o estado de emergência, as pessoas estiveram confinadas, essas pessoas tinham que ser alimentadas; estado de calamidade, ...

Murmúrios do ADI.

... estados de alerta. Portanto, muitos financiamentos recebidos foram para a *lay off*, para subsidiar os trabalhadores das empresas privadas, compra de cabazes, entre outros, agentes da cultura, agentes do turismo, e estas contas estão auditadas, tudo isso está devidamente auditado.

Meus senhores, não vamos aproveitar de um período especial, para trazermos problemas estruturais de pobreza. Eu pergunto, quando é que São Tomé e Príncipe teve reservas líquidas externas à vontade? Estamos a falar de despesas, estamos a esquecer de receitas, da mobilização de receitas. O ano de 2022, o ano das eleições, em que 6 meses antes, desde Março, quando as eleições foram praticamente marcadas e estávamos no período pré-eleitoral, o que é que se conseguiu mobilizar? Portanto, entrou muito pouca divisa. Portanto, não tentem justificar as incompetências dos próximos tempos. Nós sabemos que os próximos tempos vão ser difíceis, vão exigir a mobilização de todas as competências, mas não queiram desde já fazer um processo de intenção, dizendo que vamos ter problemas, porque o anterior governo não deixou nada.

Eu volto a frisar, vamos deixar para a Justiça o que é da Justiça. Se algo foi mal feito, caberá depois à Justiça julgar cada um de nós.

É o que vos posso dizer.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Vice-Presidente, Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado.

Vê-se logo que o Sr. Deputado Jorge Lopes não está lá muito calmo. Eu sou cristão e assumo, e Deus tenha misericórdia de todos, mesmo aqueles que me fizeram mal, eu não rogo praga.

Ruídos do MLSTP/PSD.

Sim, sim, é sobre a última intervenção do Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Se ficou qualquer coisa por dizer, diga que eu vou responder.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Eu estava à espera, mas Sr. Deputado não respondeu muitas das minhas questões sobre a Educação, como o senhor deixou a Educação. Desculpe, tenho que dizer a verdade, está num rasto. Aquilo que nós fizemos, se nós formos para a questão de...

Uma voz: — Agora piorou.

Admitir 920 professores, sem qualificações!? Mas eu não vim falar disso. E eu nem vou falar sobre a questão da cultura, que o Sr. Deputado defende muito, que parece que o senhor é o único e maior são-tomense que todos os são-tomenses. Quando o senhor defende a cultura, está lá o Anambó a cair. E não se esqueça também que quando o senhor foi Ministro da Educação é que se partiu o monumento de Fernão Dias. Mas é alguém que defende a cultura.

Mas eu não vim falar disso, eu vim falar sobre a última intervenção do Sr. Deputado, quando falava de 2014/2018, e advoga ser um democrata. E eu aqui tenho elementos para dizer que o senhor não é um

democrata, como diz. Se o Sr. Primeiro-Ministro, o cidadão Patrice Trovoada, pusesse os pés em São Tomé e Príncipe, de 2018/2022, seria preso.

Murmúrios.

Toda gente sabe disso, toda a República, e eu tenho como provar. As mesmas acusações falsas que pesavam sobre o Américo pesavam sobre o cidadão Patrice Trovoada. Aliás, enviaram mandato de captura. Digo mais, quando prenderam o cidadão Américo, que na altura era Assessor do Presidente da República, o Sr. Primeiro-Ministro dizia ao Presidente da República, o falecido, que não sabia de nada. Eu, Abnildo d' Oliveira, dirigi-me ao seu gabinete, com o ex-Presidente da Assembleia Nacional, que a sua alma descanse em paz, o companheiro Diogo, e o Sr. Deputado Arlindo Santos. Estava na sala o senhor, que nos recebeu, o Sr. Jorge Lopes, mais o Sr. Deputado Wuando, mais a ex-Ministra da Justiça. O senhor pode dizer-me aqui o que a Sra. Ministra da Justiça disse? Os senhores assumiram que foi o Governo que mandou prender. Disse assim a ex-Ministra da Justiça: «o Ministério Público e o Procurador não estão a colaborar, nós agimos». E o senhor pediu à ex-Ministra para se retractar. Eu sou cristão, estou a dizer aquilo que ouvi. Agora, venha dizer-me que sou mentiroso. Com toda a honestidade, eu farei *mea culpa*.

Aplausos do ADI.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Ódio só.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado e Vice-Presidente Abnildo d' Oliveira. Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Varela.

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro pediu seriedade, eu próprio vim para aqui e eu disse que eu gostaria de discutir aquilo que é evidente, aquilo que é real, aquilo que se pode, e o Deputado Wuando até pediu horas e dias para confirmar os dados, prova de uma bastante honestidade intelectual. Por isso, não é possível um primeiro-ministro, que teve acesso a todos os dossiês, e teve também acesso a todo dossiê que se deixou, relativamente à questão dos 30 milhões, e os senhores sabem, pois foi o senhor que levantou a questão, e os senhores sabem todas as démarches que os senhores fizeram para tentar prender e liquidar o Presidente do ADI. Os senhores sabem! Pesava sobre o presidente a mesma acusação, como disse aqui o Abnildo. Isto porque eu tive conversas com o ex-Ministro Américo e ele confirmou-me que explicou que entregou tudo sobre o processo dos 30 milhões. Os 30 milhões, além disso, antes mesmo, o actual Primeiro-Ministro esteve aqui em variadíssimas ocasiões e explicou qual foi o processo. Disse que entraram os 10 milhões, há provas, e que os 20 milhões nunca entraram. Ainda assim, os senhores inverteram o ónus da prova, como se o governo anterior tivesse que provar que não recebeu. Agora, se alguém não me deu uma coisa, como é que eu provo que eu não recebi? Pronto, mas como o Abnildo disse aqui há bocado, «se o Ministério Público não agiu, nós agimos». Mas em Estado de Direito Democrático não funciona assim.

Se eu fosse o Sr. Deputado Jorge, eu continuo a chamá-lo Jorge Bom Jesus, porque eu ainda me lembro o carinho com que o recebi em Toulouse, quando chegou lá, e eu era o único estudante são-tomense lá. O carinho com que eu o recebi, quando chegou lá. Rapaz, jovem, tímido, calmo, alegre. Mas o senhor não deveria falar dos 30 milhões, e sabe porquê? No seu governo, o quê que o senhor fez? Se não se lembra, eu vou dizer-lhe, primeiro, o nome do seu interlocutor. O senhor se lembra do Sr. José Braz da Silva? O senhor deve conhecê-lo, porque endereçou-lhe uma missiva, onde pedia a emissão de títulos de tesouro, na ordem de 30 milhões de dólares.

Murmúrios do ADI.

Uma voz do ADI: — O quê?

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — O senhor pediu e enviou uma carta para ele e há uma emissão de 30 milhões de dólares. Mas eu vou dizer-lhe mais, o senhor não sabe: o senhor pediu o valor nominal dos títulos, 305 títulos, no valor de 100.000 euros, um título no valor de 36.734 euros. Prazo de 3 anos.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — É passado.

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — É passado, não. Neste Governo, e o senhor tem que provar se esse dinheiro entrou ou não. Em sede própria, o senhor provará. Na Justiça, o senhor provará. Mas a gente não vai prendê-lo antes. Não! Isso é da Justiça. Mas se eu fosse o senhor, eu calaria a minha boca, porque o senhor já recebeu explicações que cheguem.

O senhor emitiu esses títulos, 3 anos, a partir da respectiva data-valor. O senhor vai para uma taxa de juros de 5%, que não é permitida, porque nós só podemos ter empréstimos concessionais, mas o senhor admitiu uma taxa de 5%. Para admitir esses títulos, o senhor passou pela Assembleia Nacional? Eu quero saber.

E mais, o senhor fez um título, em que dizia que é livremente transaccionável. O senhor sabe o que significa isso? O senhor emitiu um título internacional, dizendo que era transaccionável. Quer dizer que era nosso título, dívida do Estado, mas o Estado nem saberia quem era o seu parceiro. O seu parceiro podia ser um chinês, um uruguaio, um sri-lankês, que poderia amanhã exigir a dívida. O senhor assinou essa carta e enviou-a. E mais, em sede de compensação, o senhor disse: «os títulos poderão ser utilizados a todo momento, como pagamento de toda e qualquer dívida, seja de que natureza for, ao Estado de São Tomé e Príncipe.»

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Não, não. Agora, que o senhor me diga uma só coisa, que o senhor prove. O ónus da prova tem que ser invertido também. O senhor tem que provar que não recebeu esse dinheiro.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Os tempos são outros.

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Ah, agora os tempos são outros?
Efectivamente são outros. São outros, mas há valores que são imutáveis...

Aplausos do ADI.

...o valor da honestidade, o valor da seriedade, os valores da ponderação, são valores que são imutáveis e que devem prevalecer sempre.

Ao invés de vir aqui responder sobre a educação, sobre as cifras, o quê que o senhor faz? Uma vez mais, 30 milhões, quando os 30 milhões foram justificados amplamente. As démarches que os senhores fizeram junto do governo chinês, sabem que não resultaram. Os senhores sabem que meteram queixa em Portugal, sabem que o Sr. Primeiro-Ministro foi incomodado, mas perceberam logo que não se pode, num país democrático, como é Portugal, inverter o ónus da prova.

Entretanto, o senhor tomou. A gente não viu nenhum tostão, não sabemos se o senhor recebeu. Mas eu sou jurista, sou advogado, por isso, para mim, o senhor goza de presunção de inocência. Porque o senhor não fez nada disso.

Umaz vozes: — *Aiô! Dá e dói.*

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Mas o senhor vai ter que provar que não fez nada disso.

Por isso, atirar a poeira, não! Vamos discutir coisa seria, vamos discutir, por exemplo, o crédito da Agência de Promoção do Comércio e Investimento (APCI) que os senhores receberam. Esse crédito recebido, deram a uma série de amigos e possíveis Deputados que aqui estão.

Aplausos do ADI.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Uma voz do ADI: — Ministro também tomou.

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Sabemos quem tomou. Sabemos os deputados que tomaram e que não pagaram nenhuma prestação. Conhecemos aqueles que foram pagar precipitadamente uma ou duas prestações. Também conhecemos.

Aplausos do ADI.

Por isso, poeira aos olhos. O tomar não é problema. O problema é tomar e vigarizar. Esse é que é o problema. E é isso que os Deputados aqui disseram, não pode continuar, não pode ser, sobretudo quando se vem para aqui tentar inverter o ónus da prova.

E alguém veio aqui, eu creio que é o Deputado Levy, e disse que ninguém é mais perfeito. É verdade, mas a perfeição é uma questão de juízo. É uma questão apenas de juízo. Mas quando eu emiti títulos de tesouro no valor de 30 milhões de euros e depois venho aqui dizer o outro, porque não vimos 30 milhões, quer dizer, isso é um fundo de comércio que o senhor utiliza. Quer dizer, esse ódio ainda não acabou. Ainda agora querem. Os senhores disseram para enterrar o machado de guerra, mas não são capazes se quer de abrir o buraco para o enterrar. Mas querem enterrar o machado.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Afonso Varela.
Tem a palavra o Sr. Deputado Nito Abreu.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Chefe do Governo e o seu elenco, Técnicos, boa tarde.

Ouvindo aqui atentamente todas as intervenções, a explanação do Sr. Primeiro-Ministro mais esta última do Sr. Deputado Afonso Varela, o que me fez apenas lembrar e ver uma coisa: só faltava os são-tomenses dormirem e pela manhã encontrarem alguém com o título do País na mão, vendido.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Eláccio da Mata** (MLSTP/PSD): — A fome aumentou.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Só faltava isso.

Enquanto o Deputado Afonso Varela fazia a sua intervenção, houve uma voz insistente lá no fundo a dizer, «*vamos esquecer o passado*». E é uma voz proveniente de alguém jovem. É triste ouvir coisas dessas, porque quando se diz, vamos acabar com isso, vamos enterrar, é triste ouvir isso da boca dum jovem. Eu não me sinto honrando em fazer parte de uma Nação em que não haverá, daqui a 10 ou 15 anos, uma estátua erguida da minha geração. Eu não me sinto honrado. Mas quando o senhor diz «vamos esquecer tudo isso», talvez tem a honra de fazer parte disso.

Sr. Jorge Bom Jesus, eu chamo o senhor pelo seu nome, se quiser também chamar meu, Nito de Sousa Viegas de Abreu. O senhor, enquanto Primeiro-Ministro, fez tudo que fez, explanava tudo que queria explicar, colocava o povo numa situação de sofrimento. É preciso dizer isso ao senhor, olhando nos seus olhos, porque eu também sou um elemento do povo, sou uma parte que compõe o povo. E nós nos calamos, suportamos tudo isso, hoje saímos do seu jogo, e o senhor quer de novo que acreditemos, ou que voltemos para aquilo? Quando o senhor vem tentar limpar a sua imagem, em momento algum vamos mais fazer com que o povo volte a fazer parte daquilo.

Outra coisa, na governação de 2014 ou 2018, em que o Sr. Doutor Patrice Trovoada era Primeiro-Ministro, iniciou-se a construção de um liceu em S. Marcos, zona fronteiriíssima com Almeirim, o plano era de transformar aquele liceu num espaço para produzir quadros técnicos e profissionais que pudessem servir o País, e levou aquilo, em curto espaço, até a última parte da construção, nesse caso, a cobertura. O senhor chegou, 4 anos, nem se quer acrescentou um bloco. Talvez o seu plano era mesmo esse, transformar aquele liceu numa maternidade de ratos, está lá a produzir ratos até hoje. Não se fez!

O senhor disse aqui que o Sr. Primeiro-Ministro é Primeiro-Ministro pela quarta vez. O senhor foi três vezes Ministro da Educação. O que foi que fez? Qual é a análise que senhor faz hoje da Educação? O que é que o senhor vê hoje na Educação, quando olha para a sociedade? As turmas todas apertadas. O senhor

foi Ministro da Educação de facto? E tinha como Ministra da Educação uma senhora, que também era ou é professora de carreira. O que é que os senhores fizeram para a Educação? Bom, eu posso saber, e tenho aqui como explicar. Eu fui aluno da Universidade Lusíada e via o senhor, às vezes, quando saía, depois de terminar as suas aulas. O senhor insistia lá com umas pancadas de chave, para ver se a viatura pegava.

Risos do ADI.

E hoje é só pin, pin, o carro já está aberto.

Risos e aplausos do ADI.

Outro assunto é sobre o troco. Quando o senhor viajava, o senhor trazia a parte remanescente.

Vozes: — Mas!?

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Se o senhor foi Ministro da Educação, quando se manda uma criança fazer recado, ela tem que trazer o troco. O senhor já não trouxe o troco. Suspendeu já há 3 anos de trazer a parte remanescente.

Uma voz do ADI: — O senhor só fez isso uma vez.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Olha, por razões de tempo, de pressão de tempo, naturalmente não vou responder em detalhe sobretudo os aspectos da Educação, que sabe perfeitamente que tudo o que foi possível fazer, nós fizemos. O período foi difícil, naturalmente que essas obras de San Marcos deviam ser uma obra de continuidade, mas por escassez de recursos, infelizmente, não se pôde avançar mais do que isso.

Mas venho aqui sobretudo para, olhos nos olhos, ver o Deputado Varela, por quem eu também tenho respeito, digamos, de há 30 anos. Agora, por favor, poderá provar tudo que acabou aqui de dizer nos Tribunais, tá bem? Pode provar nos Tribunais. Eu não assinei absolutamente nada. Portanto, não atire poeira aos olhos da população. Em momento próprio, veremos.

Murmúrios.

Mas eu estou à vontade. Em momento algum assinei o que quer que seja de títulos. Portanto, veremos em momento próprio. Coloque na Justiça, que eu estou completamente sereno e à vontade, porque não assinei nada disso.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Jorge Lopes Bom Jesus.
Tem a palavra o Sr. Deputado Teodorico Campos.

O Sr. **Teodorico Campos** (ADI): — Sra. Presidente, Membros da Mesa, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Digníssimos Srs. Deputados, Técnicos da Comunicação Social, boa tarde.

Tenho acompanhado atentamente todas as intervenções, estamos aqui a falar sempre de fome, fome, a fome aumentou, por isso, eu também venho dar a minha contribuição.

A nível dos parceiros, nós temos um parceiro que investiu 100% do seu capital no País, em terras totalmente abandonadas, que o Governo lhe concedeu, cerca de 2500 hectares de terras, estou a falar da empresa SATOCAU, e nestes últimos 4 anos a SATOCAU foi forçada a devolver 1100 hectares de terras. Hoje também serviria de uma grande economia para o nosso país. Eles continuam com seus próprios meios, felizmente continuaram a aplicar o preço do cacau em goma 15,00 dobras, graças a eles, porque se não todos outros compradores, mesmo das cooperativas, poderiam também baixar esses preços. Eles

nunca tiveram o apoio do Governo. Tanto mais que no momento da COVID tiveram que suspender as compras, tiveram que lhes dar apoios, e hoje apenas têm essas terras com que continuam a dar o sustento.

E nós sabemos muito bem que muitas terras agrícolas, hoje, são atribuídas para construções de lazer e para outro fins, e há toda necessidade de recuperarmos mais terras, para atribuirmos àqueles que verdadeiramente querem investir, quer no sector da agricultura, quer no sector da pecuária.

Temos os parceiros que apoiam directamente o Governo, estou a falar do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). O parceiro FIDA tem apoiado seriamente as cooperativas. As cooperativas, para desenvolverem todas as suas actividades, têm tido apoio a 100% do Governo, através do acordo que o Governo vem assinando com os parceiros. Quando falo do FIDA, cito também o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD). Mesmo assim, nesta última legislatura, o Governo sentiu-se com coragem de transferir 388.000,00 dólares para uma cooperativa, para a construção de uma fábrica de chocolate, fazendo uma concorrência desleal com os parceiros. Nós já temos a fábrica de chocolate de Cláudio Corallo, temos a outra, excelente, de Diogo Vaz. Mesmo assim, há uma agora, em que se foi pegar o dinheiro público para investir nas pistas rurais, que daria maior resultado para o escoamento dos produtos, e entregou-se a essa cooperativa. É preciso que nós também tenhamos melhor reflexão e saber onde empregar o dinheiro.

Essas cooperativas são autónomas, mas continuam a beneficiar de apoios directos, porque são fundos que o Governo concede a estas. A Cooperativa conseguiu receber aproximadamente 177.000,00 dólares, para a construção de infra-estruturas, e é dinheiro do Estado. E todos nós sabemos qual tem sido a divergência entre os membros dessa cooperativa. Uma cooperativa deve dar respeito aos seus membros. Mas aquela cooperativa tem um dono, alguém que determina. Estou a falar da Cooperativa de Produção e Exportação de Cacau Biológico (CECAB). Tem alguém que determina e se os seus membros não aceitam, imediatamente perdem os direitos.

Por esta razão, Sr. Primeiro-Ministro, é preciso que o nosso Governo dê uma maior atenção àquilo que são os fundos que são postos à disposição das cooperativas.

E a nível da Cooperativa de Produção e Exportação de Pimenta e Baunilha Biológica (CEPIBA), que é uma cooperativa de pimento, já recebeu muitos fundos, todos os programas que antecederam, estou a falar do Programa Nacional para a Promoção da Actividade Física (PNPAF), estou a falar Programa de Apoio Participativo a Agricultura Familiar e a Pesca Artesanal (PAPAFPA), estou a falar do Programa de Apoio a Pequena Agricultura Comercial (PAPAC), estou a falar, actualmente, do Programa de Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição (COMPRAN). Até hoje essa cooperativa continua a receber benefícios. Mas se formos ver o resultado da produção da pimenta que nós temos no País, é uma produção limitada, um número totalmente reduzido. Portanto, é um benefício directo.

Por essa razão, Sr. Primeiro-Ministro, embora algumas pessoas têm dito que o senhor não é são-tomense, o senhor conhece muito São Tomé e Príncipe, mais que os outros que residem cá. Há uma terra em Água Sampaio, uma terra fértil, uma terra totalmente plana, uma terra que está pronta para produção, e eu espero que o Sr. Primeiro-Ministro consiga encontrar meios para retomar esse projecto, para termos banana-pão suficiente, matabala suficiente, para alimentarmos a nossa população.

Obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Teodorico Campos.

Gostaria de informar o Governo que, assim que precisar de fazer uma intervenção, que acene à Mesa. Caso não, vamos continuando.

Temos mais dois intervenientes. Assim que o Governo precisar de intervir, é só acenar e daremos a palavra. Por enquanto, temos dois inscritos.

Uma voz: — É Deputado.

A Sra. **Presidente**: — Mas o Governo intervém, sim, no momento que achar conveniente.

Temos mais dois inscritos por enquanto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino Veiga.

O Sr. **Jozino Veiga** (ADI): — Boa tarde a todos, mais uma vez.

Estamos perante a escassez de tempo, mas gostaria de fazer uma pergunta direccionada à Bancada do MLSTP/PSD. Se vocês tivessem ganho a eleição, qual é que seria a nossa vida? Qual seria a solução que vocês teriam para São Tomé e Príncipe? Isso é triste!

E essa questão dos doentes de junta médica em Portugal que hoje não recebem apoios, há uma justificação lógica que agora pude perceber. Se não havia dinheiro e nem se esforçaram para pagar os diplomatas, imagina os doentes de junta médica!

Nós estamos perante uma situação, e a juventude tem que sentir que o País não está bem, e é resultado da última governação. Porque nos últimos 4 anos, 2014 a 2018, o governo deu sinal. Eu estava no Ministério da Juventude e Desporto, o Governo lançou o Programa de Empreendedorismo Jovem, para o qual deixou 20 milhões de dólares. E esse dinheiro foi usado. E também nós queremos saber para onde foi. E hoje vemos o resultado, a juventude já não sonha, tem que viajar, só pensa em sair do País, e nós temos que trabalhar.

Sr. Primeiro-Ministro, fico contente em saber que o senhor está calmo e tem solução para o País.
Obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado Jozino Veiga.
Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Abreu.

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Emery Trovoada, e o seu elenco, as minhas saudações.

Sra. Presidente, aproveito para saudar o povo da São Tomé e Príncipe, a diáspora incluída, e também a todos os são-tomenses e amigos que me endereçaram palavras de carinho e de solidariedade, quando a minha casa foi baleada, do jeito que foi, com as minhas filhas dentro, mas felizmente estou cá. Aproveito para agradecer.

Murmúrios.

Se o Sr. Deputado quiser falar de casa em Portugal, quem tem, quando teve, como teve, podemos falar abertamente, estou disponível. Alias, todos nós. Já lhe digo, vamos falar.

Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Emery Trovoada,...

Murmúrios.

...tenho justificado e posso apresentar todos os documentos de como e quando foi adquirido. E quero que vocês façam o mesmo.

Sr. Patrice Emery Trovoada, Primeiro-Ministro, o senhor consegue dormir descansado às noites? Disse-nos há pouco tempo que não está estressado. Eu não sei se fico satisfeito ou triste. O País que o senhor nos descreve, enquanto líder, há 22 anos, porque o senhor tomou as rédeas do ADI em 2001, quando fez eleger o Presidente Fradique de Menezes. A partir de então, o senhor participou em vários governos de coligação, foi Primeiro-Ministro, como já foi aqui dito e não vou repetir, coabitou com três Presidentes da República, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, e vem dizer-nos que não sabia, não sabe, não conhece um lugar que diz que tem a solução!? Qual é a equação que o senhor propôs ou que fez, para essa resposta?

Nós todos, o senhor inclusive, enquanto são-tomense, temos o dever, talvez a começar por si, de pedir desculpa a este país. Devemos nos desculpar pelo estado do País que agora foi narrado.

O senhor fez as diferentes governações, substituiu Tomé Vera Cruz, como Primeiro-Ministro, substituiu Rafael Branco, como Primeiro-Ministro, substituiu Gabriel Costa, como Primeiro-Ministro...

Uma voz: — Kei!

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — ...substituiu Bom Jesus, como Primeiro-Ministro. O povo confiou em si e continua a confiar em si. O senhor acabou de dizer: «o povo confiou em mim, este é o resultado da democracia», que muitos lutaram para que nós estivéssemos agora a disfrutar. E vem com este discurso!

Eu estava à espera de alguma proposta de solução, de inclusão e não desta fuga para frente. Tantos elementos aqui apresentado das empresas públicas, o senhor terá que propor um debate, porque é injusto. A democracia impôs, o senhor tem cento e tal minutos, pode falar, falar, falar, falar aqui, acusar, eu só tenho 2 minutos para responder. Eu não vou conseguir responder-lhe, falar de tudo que eu encontrei no Ministério, quando substituí os ministros que lá estavam. Exactamente, nós temos que falar. Nós temos que falar, mas não agora.

Sr. Deputado Afonso Varela, com muito respeito, o senhor mencionou-me aqui, eu pedi o direito de resposta, mas não me foi dado. Eu o conheci, quando vim de Cuba. O senhor foi meu Professor de Português. Parte do Português que eu falo hoje devo a si, porque eu não falava português, sabe perfeitamente.

Risos.

Portanto, quando, aqui neste lugar, em 2013, um deputado me perguntou quem assinou o contrato tal, tal, tal, naquela altura, que eu não tive como esquivar, eu tinha que responder, porque eu tinha papel e tudo, eu disse que foi assinado pelo senhor tal. O senhor chateou-se comigo. O senhor lembra-se disso?

Ham, mas o senhor mencionou-me agora, da forma como me mencionou.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Deputado Pedro fez aqui uma excelente abordagem. Fez uma narrativa de acusação e propostas positivas. Está exposta a forma para debatermos e encontrarmos resposta para as coisas que nos aferem.

O Sr. Primeiro-Ministro e muitos Deputados falaram dos 17 milhões. Por favor, não mintam mais a este povo. Não mintam ao povo. Os senhores não deixaram projectos nenhuns. É mentira! Eu posso demonstrar. Deixaram *layout*. Alguém pede a um arquitecto para lhe fazer o desenho da casa em que vai viver. O arquitecto vai, vê, faz um desenho e entrega. Isso é projecto? Com cálculo de betão, cálculo de engenharia? Não deixaram. E isso nós podemos provar. E o Fundo de Kuwait também o pode provar. Não deixaram. Nós encontramos o *layout*.

Eu estava no meu ministério, foi-me entregue, solenemente, pelo ex-ministro, agora Presidente, e eu entreguei ao Ministério da Saúde. E, pior, por que é que o projecto não avançou? Porque houve falta de transparência na contratação da empresa de projectos dos indianos. Não estava na lista das 10 ou nove empresas que o Kuwait impôs, para que do concurso público saísse um ganhador. O governo decidiu, autoritariamente, entregar o projecto a uma empresa extra, o que enfureceu os homens do Kuwait. Disseram-nos na reunião, e nós temos os dados todos. Insistiram que se tinha que reverter, o governo insistia que mantinha. Inconsequentemente, para não perderem mais tempo, deixaram andar. Foi por isso. Quando nós chegamos, como não havia mais forma de continuar com o processo, eles aceitaram que se refizesse tudo, com a aceitação do Kuwait.

Meus senhores, eu posso falar dos geradores que foram para a EMAE, escoltados, e que não funcionaram.

Eu posso falar da grua que foi comprada, na ENAPORT, que não funcionou.

Eu posso falar do barco que foi comprador, em Portugal, como sucata, que nem sequer foi comprado, e os preços que estão adjacentes a esse barco.

Eu posso falar de muita coisa, mas eu digo ao Sr. Emery Trovoada, nós queremos contribuir para um país melhor. Porque é vergonhoso, 48 anos de independência, o estado em que nós estamos, acusações mútuas, e o senhor tem muita responsabilidade nisto. Muita! 22 anos a frente dum partido político. Nenhum primeiro-ministro neste país gozou de tantas oportunidades para repetir, repetir, repetir.

Murmúrios.

Quando o MLSTP/PSD falha, dão ao ADI. E a quem o ADI dá?

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Osvaldo Abreu.

Protestos do ADI.

Antes de chamarmos o Governo, por ser o último inscrito, tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Varela. Depois disso, chamo o Governo, para a sua intervenção.

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Sra. Presidente, eu gostaria de reconhecer aqui a operação de *marketing* do Sr. Deputado Osvaldo Abreu, operação de *marketing* conhecida. Esperar o último momento para que essa imagem possa ficar na mente das pessoas. Mas não ficará, porque as pessoas vivem aqui e sabem. Se o senhor for para a EMAE hoje, o grupo de MITSUBISHI, creio, de Fradique e Rafael Branco, estão inoperantes. O grupo que o senhor adquiriu, teimosamente, porque Caterpillar, vá perguntar! Como eu disse aqui, que me prove o contrário. Há um grupo que só há dias, ou nem sequer entrou na rede. E todos os outros tentaram ver a capacidade, etc., etc. O único grupo que está a funcionar é o grupo que o nosso governo comprou.

Protestos do MLSTP/PSD.

É o único que está a funcionar. Isto é verdade.

Agora, eu vou dizer mais, a nova gestão recuperou 4 dos geradores que estavam avariados, isso é verdade, e é por isso que saímos de 12Mw, que estávamos a produzir com cortes, passamos para 18,5 Mw, e hoje está a mais. Sabe que é verdade.

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — O senhor está a mentir!

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Ouve, o senhor está a dizer que eu estou a mentir, mas pode sentar-se, não precisa exaltar.

Mas quer que eu lhe diga outra mentira? A sociedade «Galáxia», o senhor deve conhecer, recebeu dinheiro do fundo do BAD e não pagou uma dobra. O senhor deu-lhe o terreno, ali no Aeroporto, autorizou, e o terreno foi vendido para um estrangeiro.

O senhor quer que eu diga mais verdades? Eu vinha para aqui, quando me disseram que citou o meu nome no acordo. Não é verdade! O senhor está a tentar confundir as pessoas. Eu não me chateei com o Sr. Deputado pelo facto de ter dito o meu nome. Chateei-me com o senhor, porque fez umas contas, dizendo que dos 30.000 barris de petróleo que nós recebíamos da Nigéria, são 3 anos, são 30 barris por mês, então, como 1 ano tem 12 meses, o senhor multiplicou 12 por 30 e disse que isto fez com que o País perdesse todo esse dinheiro. E eu expliquei ao senhor que não era verdade. A Nigéria não deu o petróleo. Tanto mais que eu lhe disse, se o senhor se lembra, depois o senhor foi à Nigéria com o Capala. Desde aquela altura, eu espero que o senhor teve a oportunidade de receber mais barris. A verdade é que o senhor até parece que *mofinou* a coisa, porque jamais recebemos um barril daquele produto. Agora, o senhor quis associar o meu nome de uma forma vergonhosa. De facto, eu assinei. Qual é o problema?

Protestos.

Qual é o problema?

Sobre o barco, o senhor está a mentir, uma vez mais. Sobre os grandes barcos, jamais houve acordo.

Protestos do MLSTP/PSD.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, é que nós estamos no estado da Nação e temos que estar atentos. Houve um trabalho que a Assembleia Nacional fez, que o Sr. Deputado Levy Nazaré fazia menção. Se foi sobre a Lei de Furtos, quero dizer que não corresponde à verdade. Eu tenho aqui o Diário da República Democrática de São Tomé e Príncipe, e a Lei n.º 5/22 – Lei Contra Furtos nas Parcelas Agrícolas foi promulgada...

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — O que eu disse é que foi vetada.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Está aqui o Diário. Eu estou a dizer-lhe que a Lei está em vigor, porque foi publicada no Diário da República...

Protestos.

Mas está em vigor ou não? Eu não sou Jurista nem Advogado. A Lei está em vigor ou não? Então?

Protestos.

A Lei está em vigor, existe Lei. Eu vim repor a verdade, dizer que a Lei não está na Presidência da República. A Lei está em vigor, já está publicada no Diário da República Democrática de São Tomé e Príncipe, um.

Dois, eu não quero alongar muito mais, é só dizer que eu não tenho peito, não tenho diafragma, não tenho músculos, para levantar a minha voz, para dizer o que eu estou a dizer, confirmar o que eu estou a dizer, se é verdade. Eu não preciso elevar a minha voz. Basta falar com serenidade, e o que eu estou a dizer é verdade.

E, termino, se a Justiça em São Tomé e Príncipe funcionasse, eu, Abnildo d' Oliveira, estaria nesta Casa Parlamentar a falar como estou a falar, mas há muitos que estão aqui sentados que não estariam.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

Protestos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sra. Presidente, só algumas notas, porque de facto não vou responder a algumas coisas aqui. Não vou responder ao fundo e não vou responder também a forma, mas é preciso esclarecer, porque aqui há pessoas que falam, levantam a voz, etc., e podem deixar, às vezes, as pessoas confusas. Então, eu vou falar devagar, calmamente e eu vou mostrar aqui a questão das reservas. As reservas, e eu tenho um quadro que vai de Dezembro do ano 2015 até Dezembro do ano 2022. Então, de Dezembro de 2015, Fevereiro de 2016 e mais ou menos até Agosto de 2017, nós estávamos sempre com 3 meses de reservas. Depois, nós tivemos uma queda em Abril de 2018, estávamos mais ou menos com 2, 4 meses de reservas. Como foi dito aqui, em Dezembro de 2018, estávamos com 1,8 meses de reserva. Os quadros estão aqui, a estatística está aqui, os dados estão aqui. De facto, em Novembro de 2022, estávamos negativos. Então, não vale a pena estarmos aqui com muita conversa. É preciso explicar a situação. É tudo!

Fala-se de estrutural, estrutural, sim, nós temos problemas estruturais, mas nós temos uma evolução que foi catastrófica com o anterior governo. Em 2020, São Tomé e Príncipe recebeu o dobro dos recursos que habitualmente vinha recebendo, devido à COVID-19.

Murmúrios.

Foi o dobro dos recursos, mas o que é que se fez? É um problema. Então, eu penso que as pessoas perceberam. Não vale a pena ir mais longe nisso.

Agora, em relação às várias intervenções do Movimento PUN, eu quero dizer que depois de as pessoas tomarem consciência do estado da Nação, tem-se que tomar medidas, e vão ser tomadas. Vamos ter que lançar toda uma série de inquéritos e auditorias, se calhar com o apoio de auditores e de inspectores que não são do Estado, mas nós temos no País, nacionais também, técnicos de contas e auditores. Nós temos que esclarecer muitas coisas.

Passaportes de serviço, temos que saber, 3.370 passaportes de serviço vendidos, muitos deles, temos que saber; EMAE, temos que saber; ENAPORT, temos que saber, para evitar efeitos de mandas aqui no púlpito. Vamos saber. A ENASA, vamos saber.

Meus senhores, tenham calma!

Risos do ADI.

Uma voz do ADI: — Eles estão com medo.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo:** — Tenham calma!

Os fundos da COVID-19, temos que saber; Mães Carenciadas, temos que saber; Famílias vulneráveis, temos que saber; Agricultura e Pesca, temos que saber; Fundo Nacional de Medicamentos, temos que saber; COMPRAN, temos que saber; Universidade de São Tomé e Príncipe, temos que saber; Segurança Social, temos que saber.

Se o Governo do Sr. Bom Jesus chegou e achou que 20 milhões de dólares da *British Petroleum* não deveria ser utilizado para o empreendedorismo jovem, temos que saber o que fizeram com os 20 milhões de dólares. Pode ser que fizeram boa coisa, mas vamos saber.

Nós também vamos saber o que se passou com o Banco Central. Vamos saber, vocês vão saber e os são-tomenses vão saber.

Aplausos do ADI.

Vamos reforçar a Polícia Fiscal, a Direcção de Inspecção das Actividades Económicas, a Polícia Judiciária. Vamos apoiar os Tribunais, o Ministério Público, porque as pessoas têm que saber e a impunidade tem que parar. E também esse clima de insultos, difamação e atirar poeira aos olhos tem que acabar. Tem que acabar.

Uma voz do ADI: — Tem que acabar sim.

Murmúrios.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo:** — O senhor fique tranquilo! Não fique agitado! A Justiça vai cavar, o Ministério Público vai cavar e aquilo que vai encontrar vai trazer. Então, fique tranquilo. E desta vez toda gente estará tranquila, porque as coisas vão ser feitas segundo as regras, sem politiquices, sem perseguição. Mas nós temos que saber.

Então, é isso que eu queria trazer. As outras coisas não têm muita importância. Falou-se de uma série de coisas, mas, como eu digo, a verdade sobre tudo isso virá ao de cima, e estaremos tranquilos.

Eu quero garantir à Bancada do Movimento MCI/PS-PUN, que mostrou aqui muita preocupação quanto à questão da Justiça, que desta vez a Justiça vai mudar mesmo. Estamos a caminho.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do XVIII Governo Constitucional. Porque não temos mais inscritos, vamos agora passar para a última fase, que é a declaração.

Protestos.

A Mesa já não tem inscritos.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Se calhar, a Sra. Secretária não percebeu.

A Sra. **Presidente:** — O Sr. Deputado vai se inscrever agora? Não se tinha inscrito. Agora vai se inscrever.

Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, em princípio, desde que iniciou o debate, estamos a falar do estado da Nação, parece-me que estamos a falar de um estado da Nação são-tomense, não estamos a falar da outra parte da população que vive lá do outro lado, da Ilha do Príncipe.

Murmúrios.

Perceba bem, agora estou a fazer a minha intervenção. Sr. Vice-Presidente, tenha calma, perceba bem.

Estamos a falar do estado da Nação, as intervenções vão muito direccionadas para questões da Ilha maior, São Tomé, e nós precisamos conduzi-las também para os são-tomenses que residem naquela parte da Nação.

Antes de mais, como os outros Deputados que me antecederam solicitaram justiça, e é preciso fazer justiça, é preciso investigar com verdade, para haver justiça, então, eu também poderia fazer uma pergunta simples. Numa altura, quando estava o governo anterior, o Presidente da República recusou-se em nomear o Secretário de Estado proposto pelo UDD, por haver questões com a Justiça. Sim, no governo daquela altura. Hoje, nós sabemos que o Presidente da República nomeou para o Governo actual indivíduos que têm também pendências com a Justiça. Há a necessidade de se averiguar os casos todos, para que a justiça seja de forma horizontal e que seja célere para todos. Essa é uma questão que eu gostaria que o senhor viesse cá e desse uma resposta, Sr. Ministro.

Agora, com relação ao Príncipe, se se diz que o País está mal, e todas as intervenções estão direccionadas a São Tomé, que as coisas não estão bem, então vamos ver o Príncipe. Numa altura em que se comprava barato em São Tomé, no Príncipe já se comprava caro. As coisas complicaram, começou-se a comprar caro em São Tomé, no Príncipe começou-se a comprar mais caro. Neste momento, está-se a comprar caro em São Tomé, no Príncipe muito mais caro. A questão que se coloca é esta: Sr. Primeiro-Ministro, para quando é que se vai resolver a questão do mercado de construção no Príncipe? Para quando? Já houve corrupção muito avançada naquela terra, já houve financiamento, desviaram o dinheiro, não há arreia, não há pó de pedra, o mercado está fechado há mais de 10 anos e não temos solução para isso.

Outra questão é: por quê no Príncipe se compra o combustível mais caro do que se compra em São Tomé? O problema do combustível para o Príncipe vem já de muitos anos atrás e tem sido sempre um conflito. Combustível, barco, combustível, avião, etc. Há bem pouco tempo, já se tinha normalizado os valores, comprava-se o combustível ao mesmo preço ao nível nacional. Nós hoje demos um salto, compramos ligeiramente mais caro em relação a São Tomé, e nós sabemos a implicação que isto tem no processo de dinamização da economia local. Gostaríamos de saber por que é que no Príncipe nós compramos mais caro.

Qual é a solução que o Governo actual tem para se dinamizar a economia local?

Murmúrios.

Obrigado. Como já não tenho mais tempo, outras perguntas ficam para a próxima sessão.

A Sra. **Presidente**: — Esta foi a última inscrição.

Eu não estou a dizer que é a última em termos de debate. É a última que temos.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira**: — Sra. Presidente, duas notas.

Antes de entrar no âmbito do debate, eu fiquei triste, porque depois o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus não veio mais responder às minhas inquietações.

Há um elemento que faltou, na minha intervenção, quando eu falei da questão da apreensão. Foi dito por outros Deputados, mais eu tenho que o dizer, esta é a verdade, e digo sem rancor, sem ódio, sem nenhuma situação dessas, porque não é o meu caso. O actual Presidente da República, é bom que a Nação saiba disso, se não fosse Deputado, porque pediram uma nota à Assembleia para confirmar que era Deputado, seria preso. Teria passado lá tempo, sem acusação nenhuma. Num país democrático, prende-se pessoas sem acusação...

Murmúrios.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Arlécio, Arlécio.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira**: — ...à ordem de Jorge Bom Jesus, Governo. Porquê? Eu não estou a insinuar, foi dito pela sua Ministra da Justiça, à sua frente. O senhor e o Sr. Deputado Wuando pediram à Ministra que se retratasse. Aqui eu quero dizer que a Ministra, na altura, foi honesta. Como se diz: «*la bouche parle de l'abundance de coeur*».

Vozes: — Oh!

Murmúrios.

Risos.

Aplausos do ADI.

E ela foi verdadeira, disse o que estava no seu coração, que o Procurador não estava a colaborar, então o Governo agiu. E estavam a agir também com Vila Nova. Ainda bem que Vila Nova era Deputado. Se não, também «mamava» e não seria hoje Presidente da República.

Entrando na minha questão, está-se a pedir ao Governo soluções agora no debate do estado da Nação? Meus senhores, para se construir ou para se edificar, tem-se que saber como é que está no alicerce, tem-se que construir na base de terra firme. Agora estamos a constatar que temos que arranjar soluções para construir num terreno pantanoso e arenoso. É necessário nós conhecermos qual é a profundidade desta arreia ou deste pântano. Portanto, eu termino por aí.

As soluções, obviamente, nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Geral do Estado, nós teremos tempo para debater.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Elákcio da Marta:** — Pedido de esclarecimento, Sra. Presidente

A Sra. **Presidente:** — Não!

Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel:** — Sra. Presidente, se eu uso da palavra, é apenas porque foram insistindo muito na questão de soluções. Só não vê aquelas pessoas que não querem ver. Porque uma das primeiras soluções que nós tentamos e conseguimos foi das reservas cambiais. Esqueceram-se?

Murmúrios.

É uma das coisas que nós começamos.

Eu aqui falei dos professores que vocês contrataram, 920 professores, não lhes deram salários, não deram nada. Nós começamos a pagar, e pagamos. É para dizer que algumas soluções nós estamos a encontrar. Está a perceber?

Muitas vezes, não é uma questão só de orçamento. É questão de gestão, e há muita má-fé também nessa situação. Nós não vamos empregar pessoas, chefes de família e deixá-las 9 meses ou um ano e pouco sem salário. O nosso Governo chegou e está a repor essa injustiça. Por isso, estamos a dizer que estamos a encontrar a solução.

É só para repor essa verdade.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado José António Miguel.

Murmúrios.

O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD tem 39 segundos. E eu aviso já que são 39 segundos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Elákcio.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, a minha pergunta é direccionada ao Líder Parlamentar do ADI e ao Sr. Primeiro-Ministro.

Falou-se muito de educação, educação, educação, vou fazer uma acusação directa.

Sr. Primeiro-Ministro, procure saber que classe tem o Delegado da Área da Educação de Lembá. Tem 9.^a classe e hoje é Delegado, dirigindo os mestrados. Tome nota! Procure saber quem é e que classe tem o Director da Escola de Folha Fede. Documento falso, 11.^o ano, hoje é o Director nomeado pela Ministra da Educação.

Outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, eu gostaria de saber se o Sr. Primeiro-Ministro virá amanhã ou não.

Vozes: — Oh!

Para terminar, o Sr. Primeiro-Ministro prometeu baixar tudo, mas o que o povo vive é o aumento de tudo. Isso tem que mudar!

Muito obrigado.

Risos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — O MCI não tem tempo, só tem 41 segundos, mas o Governo está a dar 3 minutos à Sra. Líder Parlamentar do MCI.

Tem a palavra.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Obrigada, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, por me cederem esses 3 minutos.

Eu peço a palavra para dizer que, como sabem e é do conhecimento de todos, o MCI venceu as eleições no Distrito de Caué, eleições Autárquicas, e, em termos de solução, nós do Distrito de Caué estamos de parabéns, porque as coisas que ao longo de vários anos não conseguiram fazer, que é colocar água 24/24 horas no Hospital e nas escolas, a nossa Câmara Distrital, o nosso Presidente, os membros da autarquia local do Distrito de Caué veem fazendo. É por isso que nós pedimos e continuamos a pedir a descentralização dos serviços. Essa descentralização de serviços deve continuar, porque haverá vontade para qualquer um com responsabilidade acrescida resolver aquilo que na realidade afecta a população.

Na Câmara de Caué, há vários projectos que, mesmo ainda sem o Orçamento Geral do Estado aprovado, estamos a mostrar que somos capazes de resolver pequenos problemas que vinham afectando a nossa população.

É a solução que o povo precisa. Lá onde o povo está deve, sim, ter o mínimo possível.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente:** — Obrigada, Sra. Deputada e Líder Parlamentar do MCI/PS-PUN.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Líder Parlamentar, José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, quando eu falei da Educação, nem sequer fui ao fundo, porque há aqui alguns aspectos que, se formos ao fundo, vai ser muito complicado. Para quem não sabe, o Sr. Deputado fez referência ao director de uma escolar, eu aqui não vou falar de nomes, mas se esqueceu de um pormenor. Eu acho que aqui ninguém sabe, alias, pode ser que haja aqui alguma pessoa que saiba. Essa mesma pessoa fazia parte da direcção da Escola Secundária Básica da Trindade, nomeada pela Julieta Isidro. Eu estou a dizer, diz a ela para me desmentir a qualquer momento. Está a perceber? Então o senhor não sabia. Nós adoptamos a política de integração, trabalhar com todos, por isso é que esse senhor está hoje também numa direcção. Mas quem nomeou o senhor, primeiro, foi o vosso governo. Nem sequer deveria dizer isso.

Outra questão, quando eu fiz referência aqui ao número de salas de aulas construídas, esqueci-me de um pormenor, vocês nem sequer construíram salas de aulas em muitas escolas. Construíram barracas para jogar carta. Eu quero para as pessoas irem à nossa Escola Secundária de Bom Bom ver as salas de aulas que construíram por causa da COVID-19. São barracas para jogar carta. Podem ir lá ver. Só isso.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Líder Parlamentar.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Podemos continuar?

Esgotados que estão os tempos afectos aos Grupos Parlamentares, passamos para a última fase, agora sim, em que todos os grupos parlamentares, se quiserem, têm 5 minutos para fazer a sua declaração. Vou começar a solicitar o Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN se tem alguma declaração a fazer.

Não tem.

O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD tem? Tem 5 minutos para o fazer.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Saudações a todos.

Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, quando eu vinha para este debate, eu estava esperançoso de que o Governo fizesse a radiografia ou a retrospectiva, como quiserem entender, e depois me apontasse os caminhos. Infelizmente não o fez.

O MLSTP/PSD foi sancionado a 25 de Setembro. O povo fez uma escolha e não vamos aqui...

Murmúrios.

...não adianta.

Mas quando faz aqui o enquadramento de 2018/2022, fá-lo sempre numa perspectiva muito abstracta. Pelos dados de 2014/2018, o Sr. Primeiro-Ministro teve uma governação tranquila, pacífica, sem COVID-19, sem as enxurradas, sem as consequências dos preços. Logo, não podemos esperar que seja tudo igual. É impossível!

O Sr. Primeiro-Ministro falou, de forma reiterada, de 20 milhões de empreendedorismo. Aproveite o exercício das funções, para comprovar se de facto havia o valor e se saiu, se foi desbloqueado, porque as empresas não assumiram, em momento algum, esse valor.

Com relação às empresas públicas, Sr. Primeiro-Ministro, aconselho-o, e o Deputado Wuando já o disse, a ler o relatório que aqui foi mencionado. Há lá muitas informações. Porque depois vai dizer que não sabia. É conveniente ler.

Sr. Primeiro-Ministro, as reservas do Banco Central, em Dezembro, eram de 14 milhões de dólares, não o que disse. Hoje, dia 26, a reserva é negativa. Por isso, nós temos que estar cientes de que o problema estrutural que São Tomé e Príncipe tem, reservas e não só, são problemas cíclicos. Nós não produzimos o suficiente para suportar as nossas despesas.

Ainda com relação ao Banco Central, levantar 2 véus.

Durante o nosso governo, foi feito concurso para a admissão de quadros. Nessa altura, creio que foram admitidos 25 quadros, mas o Tribunal anulou o primeiro concurso e foi repetido. Num processo transparente, dos admitidos, 10 são claros quadros do ADI, 5 são claros quadros do MLSTP/PSD, outros 5 são, nem sopa, nem agrião, nem qualquer coisa, mas são também militantes do ADI. Hoje, o Banco Central admitiu 15 funcionários, ou 20, sem concurso público, não recorreu ao concurso feito, que ainda está no período de validade, 1 ano. Ainda não tem 1 ano, e há muita gente na lista que podia ser utilizada. Pura e simplesmente, empregou filhinhos de papás, *job for the boys*, e não ajuda nesse aspecto.

No que concerne ao fundo do Kuwait, Sr. Primeiro-Ministro, acho que nós precisamos ainda de esclarecer um aspecto. O Ministro Américo Ramos, hoje Governador, foi preso por causa do fundo do Kuwait ou por causa dos 30 milhões? Portanto, é preciso que esclareçamos esses assuntos.

É fácil atirar pedras. Esteve aqui alguém a falar de terras, esta mesma pessoa tem terras abandonadas e não permite que ninguém lá entre. Mas estão abandonadas. Portanto, tenhamos alguma cautela! Como disse aqui alguém, quem tem telhados de vidro, não atire pedras.

Espero, Sr. Primeiro-Ministro, que amanhã esteja cá e participe activamente, como participou hoje, porque a democracia só agradece. Sr. Primeiro-Ministro, até aqui...

Murmúrios do ADI.

... já estou a concluir, Sra. Presidente.

Porque o Sr. Primeiro-Ministro não nos disse nada, convido-o a pedir demissão, por favor.

Muito obrigada.

Murmúrios do ADI.

Qual é o seu problema?

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Chamo agora para a sua declaração o Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI.

Sr. **José António Miguel** (ADI): — Muito obrigado, Presidente.

É só para repor uma verdade. Nós andamos aqui em contactos e costuma-se dizer que a última palavra é que conta. A nível do Banco Central, não houve contratação de ninguém sem concurso público...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

... a não ser em lugares que a própria lei permite que a pessoa possa levar. Mas não houve, isso é preciso repor a verdade...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Sra. Presidente, Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, Excelência, Sras. e Srs. Deputados, Excelências, Sras. e Srs. Membros do Governo, eu gostaria, antes de mais, de felicitar o Governo por este exercício, que é extremamente importante. Nós sabemos que para um governo que tomou posse no dia 14 de Novembro, 2 semanas depois sofre de uma tentativa de golpe de Estado...

Murmúrios do MLSTP/PSD.

... e passa pelas situação por que passou, nós sabemos das dificuldades que encontrou, e não obstante isso, está focado, está empenhado e disponível para cumprir com as suas responsabilidades. É para isso que nós fomos eleitos. É por isso, Sr. Primeiro-Ministro, que o povo vai dar ao senhor sempre crédito. O senhor de facto é alguém que merece o crédito do povo.

Bom, depois deste importante exercício democrático, gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, já dizia, felicitar o Governo por todo esse trabalho e esforço que nós todos aqui fizemos, não só o Governo, como todas e todos os colegas Deputados e os membros do Governo. Foi um esforço que fizemos, e é sempre bom, o País agradece, para trazer à luz a situação económica e social em que o País se encontra.

É preciso também dizer que, se o País se encontra nesta situação, já podemos dizer que tudo tem a ver com a forma como o XVIII Governo recebeu o País das mãos do governo anterior.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

O exemplo claro que aqui nós vimos foi a situação da energia que se degradou e piorou consideravelmente.

Encontrou-se o País sem reserva cambial para a importação de géneros alimentícios, por isso é que se vive a situação que se vive, em termos de falta de alguns produtos básicos.

Infra-estruturas rodoviárias e não só completamente degradadas.

Nós chegamos aqui à conclusão que, com a má gestão do fundo da COVID-19, tanto é que houve informações na altura, havia donativos para fazer face à COVID-19 que estavam no mercado a vender, toda gente viu.

São, dentre outras, para não citar todas, as questões que, depois deste debate, nós conseguimos aqui apurar. Por isso, podemos dizer que a situação económica e social do País é muito grave, exigindo de todos assunção de responsabilidades, com vista a inverter a situação. Volto a dizer, exigimos de todos assunção de responsabilidade, para podermos inverter a situação do País.

Na nossa perspectiva ainda, tendo em conta tudo quanto foi aqui aflorado, é preciso entregar ao sector próprio, que é Sector da Justiça, para tomar conta de tudo quanto se viu aqui de anomalia e de gestão

danosa que aconteceu no governo anterior. Não será o Governo a fazer justiça, mas sim é preciso entregar à Justiça aquilo que é da Justiça, como já dizia o outro.

Cabe a nós continuar a fazer o nosso trabalho, como forma de tirar o País da situação em que se encontra. Para isso, gostaríamos de contar com a colaboração de todos.

Um bem-haja a todos.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Líder Parlamentar do ADI.

E, para terminar, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, para fazer o encerramento do debate.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Excelências: Nós passamos aqui mais do que 5 horas e eu acredito que, embora algumas insuficiências, embora alguns exageros, embora algumas mentiras, embora a dificuldade que algumas pessoas têm de lidar com números, a maioria dos são-tomenses, dos residentes em São Tomé e Príncipe e dos nossos parceiros internacionais perceberam realmente em que estado está a Nação. Eu respeito muito o Parlamento, que tem várias Bancadas. Devemos respeito a toda gente, mas as pessoas também devem respeito a um governo eleito e que é suportado pela maioria dos são-tomenses.

Então, eu penso que deste nosso exercício de hoje, toda gente percebeu que o País está mal.

Deste exercício de hoje, toda gente percebeu a gravidade, a curto prazo, da situação financeira do País, mas eu espero também que as pessoas perceberam a determinação do Governo, porque nós fomos eleitos para trazer uma solução e, embora as dificuldades, que não são poucas, estamos determinados a continuar a trabalhar e estamos confiantes de que vamos conseguir inverter a situação.

O que nós pedimos é que toda gente tenha consciência da situação e que tenham minimamente o sentido de responsabilidade.

Um dia eu já não serei Primeiro-Ministro. Eu fui Primeiro-Ministro quatro vezes e cada vez que recebi o governo, o País estava mais degradado. Isto tem que parar.

Como foi dito, recebi o Governo de Tomé Vera Cruz, recebi o Governo de Rafael, recebi o Governo de Gabriel e recebi o Governo do Sr. Bom Jesus. Cada vez a situação estava mais complicada e nós devemos de facto inverter esta situação, mas hoje, como eu digo, batemos no fundo. Um Banco Central no vermelho, batemos no fundo. Eu digo, algumas pessoas têm problemas com números. Sejam sérios, sinceramente! Sabe, existem outros palcos, mas aqui é para sermos sérios, porque estamos a representar os são-tomenses. Então, há outros palcos que podem ir, se calhar terão público também, mas o que é importante é invertermos a situação.

Os 15 milhões de Portugal, que logo que entraram na conta passaram a catorze milhões e pouco, porque estava no vermelho, não são suficientes. Como foi dito aqui, precisamos de apoio orçamental, mas esses apoios orçamentais não vão vir, se não tivermos um acordo com o FMI. E estamos quase a obtê-lo. Esse acordo exige sacrifícios, exige aplicação do IVA, exige contracção das despesas e também exige melhoria da situação das reservas. Não é fácil, mas é possível. Mas não será possível se continuarmos como estamos, sem trabalhar, sem disciplinar, sem castigar, quando é preciso castigar, sem transparência e sem contribuição objectiva de todos.

Eu acho que há um deputado aqui que perguntou: «mas se tivessem ganho as eleições, o que iam fazer?» Eu também me pergunto a mim.

Então, eu creio que conseguimos o objectivo, hoje. Deputados falaram, Deputados criticaram, Deputados justificaram, mas o que é mais importante são duas coisas, e esses dois sentimentos eu levo comigo. O primeiro sentimento, a impunidade tem que acabar. É preciso irmos ao fundo das questões, e quem deve tem que pagar. Quem está a ser acusado injustamente tem que ver o seu nome limpo, mas quem deve, tem que pagar.

O segundo sentimento é que nós temos que ter a coragem de fazer reformas. O País tem que mudar. Nós fomos, uns e outros, nos contentando, e hoje não é possível.

E eu repito uma coisa, sobretudo em relação à Administração Pública. O País não é só Administração Pública. O País não é só Água Grande. O País não é só a cidade. O País não são só funcionários. O País é muito mais do que isso, e nós estamos a ser injustos para com os outros são-tomenses que não são

funcionários. E não é possível. Quem realmente vai produzir riqueza é o agricultor, é o pescador, é aquele empresário que arrisca, vai ao banco e pede um crédito. Esses é que produzem riqueza. É o investidor estrangeiro que vem, e o que é que nós temos? Temos um país em que quase todas as receitas são para pagar os salários de funcionários.

Minha gente, tenhamos consciência! Vamos deixar este país como e a quem?

Crianças a andarem 14 quilómetros por dia, para irem à escolar; nas zonas rurais, toda gente com problemas renais devido à água; o cancro a subir de uma maneira assustadora no País. Vamos deixar este País a quem? Um país em que quase toda gente está a sair para Portugal. Como é que vamos deixar este País?

Nós recebemos um mandato, as pessoas esperam de nós uma coisa diferente, e vamos ter que fazer diferente. E esse fazer diferente vai ser com todos e em qualquer circunstância, incluindo o pessoal do ADI. Não vai haver impunidade. Eu disse ao Governo, vamos ao estado da Nação, depois do estado da Nação, que toda gente tome consciência de que a coisa vai mudar, e espero ter a colaboração de todos, incluindo a Justiça, para que as coisas mudem. Se não, colectivamente, nós vamos desaparecer.

Eu conheço o País, conheço as contas, sei a situação de todos os sectores, leio todas as auditorias, alguns sectores já há 4 anos não têm auditoria, mas vamos mandar fazer e depois vamos ter que decidir.

Minha gente, vocês conhecem o País. Um país em que os combustíveis nos contentores são mais baratos que nas bombas oficiais. Não se conhece? Conhece-se, posso indicar.

Somos um país em que à noite saem hiaces da ENCO com combustível. Sabemos ou não sabemos? Sabemos.

Somos um país em que há luz ou não há luz, a EMAE consome a mesma quantidade de gasóleo. Sabemos ou não sabemos? Sabemos, e muito mais, mas já chega. Já chega, porque é insustentável.

Então, eu espero que este debate tenha sido útil para toda gente, para aqueles que estão no poder, para aqueles que apoiam o Governo, para aqueles que não estão no poder, mas que estão disponíveis para cooperar, para aqueles também que estão na oposição, porque este país é de todos nós.

E nós vamos continuar nessa árdua tarefa de recuperação do País. Quem quiser apoiar, que apoie. Quem não quiser, paciência. Nós não temos outra escolha, outra hipótese, se não avançar.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

Vamos agradecer às Sras. e Srs. Deputados, ao XVIII Governo Constitucional, na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro, agradecer aos Técnicos Parlamentares, aos Técnicos de Imagem da Assembleia Nacional, aos da Comunicação Social, a todas e a todos os são-tomenses, lá onde estiveram a nos acompanhar. A todos, os nossos agradecimentos.

Para informar que amanhã teremos duas sessões. A primeira será o Debate de Urgência introduzido pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e a segunda sessão será da agenda da Assembleia Nacional.

Até lá, que Deus nos proteja e guarde.

Tenham todos muito boa tarde.

Obrigada.

Aplausos do ADI.

Eram 15 horas e 15 minutos.